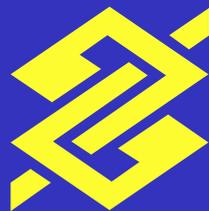


Relatório
GRSAC
2023



Introdução

Bem-vindo(a) à 2ª edição do nosso Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas – Relatório GRSAC 2023.

Por meio deste relatório buscamos evidenciar nosso comprometimento com a transição para uma economia de baixo carbono, demonstrando a incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento de nossa estratégia, bem como o aprimoramento dos processos de gestão do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e o fortalecimento da governança relacionada ao tema.

Para sua elaboração, seguimos as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, e nos pautamos nas orientações do supervisor, refletidas, principalmente, por meio da Resolução [CMN nº 4.943/2021](#)¹, Resolução [BCB nº 139/2021](#) e Instrução Normativa [BCB nº 153/2021](#), e nas melhores práticas de mercado.

Cabe destacar que os dados aqui divulgados abrangem as atividades do nosso Conglomerado Prudencial, definido conforme [Resolução CMN nº 4.950](#), de 30 de setembro de 2021, e o conteúdo aborda os aspectos de Governança, Estratégias, Processos de Gerenciamento dos Riscos, Indicadores e Oportunidades associadas aos temas sociais, ambientais e climáticos.

¹ Define o Risco Social, Ambiental e Climático como relevante, propõe o aprimoramento da gestão desses riscos pelas Instituições Financeiras e altera a Resolução [CMN nº 4.557](#), de fevereiro de 2017, sobre estrutura de gerenciamento de riscos.



Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da governança do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)

Nossa estrutura de governança estabelece diretrizes para a composição de um portfólio de negócios mais sustentáveis e com maior equilíbrio entre os riscos a que a instituição está sujeita e os retornos almejados. Alinhados à nossa [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), buscamos, de forma integrada, abranger as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse, em atendimento à Resolução [CMN nº 4.945/2021](#).

Nesse contexto, em consonância com a Resolução [CMN nº 4.943/2021](#), também revisamos a Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital, a fim de aprimorar as regras de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Em adição, avaliamos continuamente nossa estrutura de governança, buscando aderência aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), assim como, buscamos alinhamento às melhores práticas de gestão, observando definição de papéis e responsabilidades compatíveis nos diversos órgãos integrantes da nossa estrutura de governança.

Quanto à interação entre as Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB para gestão e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), com base em três linhas de defesa.

1ª Linha de Defesa: Funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. Composta por: Gestores de Riscos Específicos e Tomadores de Riscos;

2ª Linha de Defesa: Funções corporativas típicas de gestão de riscos, controles internos e conformidade. Composta por: Áreas de Controles Internos e de Gestão de Riscos;

3ª Linha de Defesa: Avalia a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos e controles. Composta pela Auditoria Interna.

O MRLD tem como objetivo manter um Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos efetivo e integrado, contribuindo para proporcionar mais segurança para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Nessa conjuntura, com a criação da Unidade ASG, ao final de 2023, revisamos a estrutura de gerenciamento do RSAC, estabelecendo a Unidade ASG como gestora específica do Risco Social, Ambiental e Climático, em primeira linha de defesa.

Ademais, é importante destacar, que o modelo de governança para gerenciamento integrado de riscos e de capital, adotado pelo BB, contempla os seguintes aspectos:

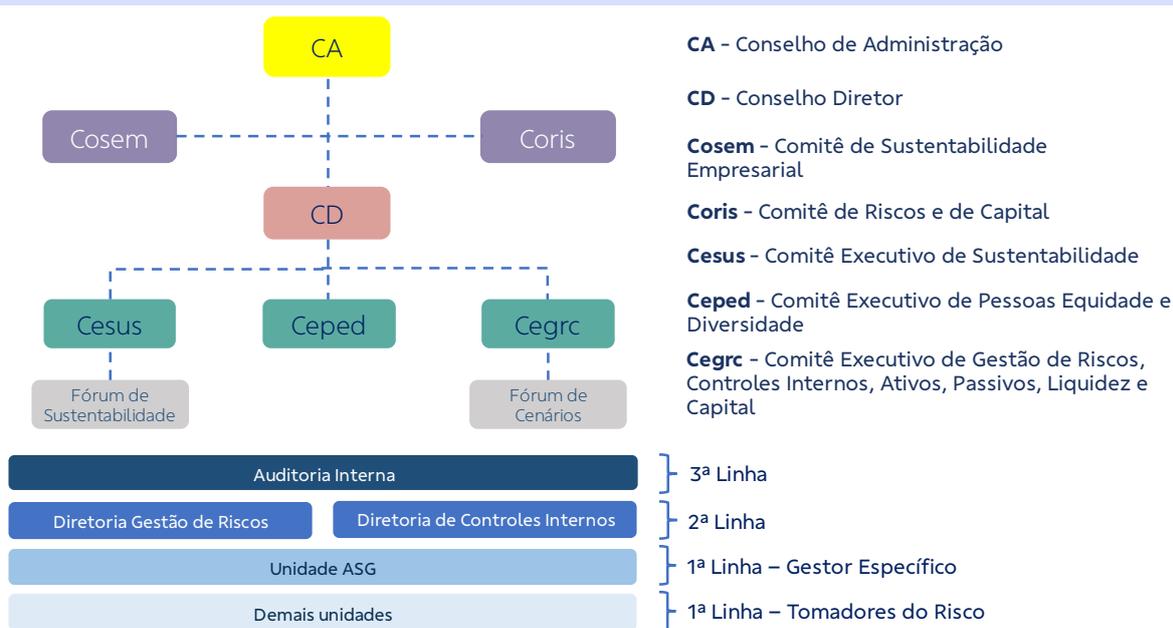
- a) segregação de funções: negócio x risco;



- b) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- c) processo de gestão definido;
- d) decisões colegiadas em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas;
- f) referência às melhores práticas de gestão.

A Governança da Sustentabilidade Empresarial e do Gerenciamento do RSAC possui o seguinte fluxo:

Figura 1. Governança da Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático e suas Oportunidades



Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento

Conselho de Administração (CA) – Órgão de administração que reúne atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, bem como as iniciativas em andamento.

Conselho Diretor (CD) – Órgão colegiado formado por Presidente e Vice-presidentes; responsável por propor, aprovar e fazer executar ações e instrumentos relacionados às Políticas, à Estratégia Corporativa, aos Planos, ao Orçamento Geral, ao Acordo de Trabalho, aos lucros apurados, entre outros. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, além das ações correlatas em andamento.

O CA e o CD objetivam garantir o alinhamento do processo de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático com as definições e direcionamentos das nossas políticas institucionais e da nossa Estratégia Corporativa.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem) – Órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar o CA em temas relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade social, ambiental e climática do Banco do Brasil, considerando as melhores práticas de mercado e os compromissos assumidos voluntariamente pelo Banco.



Comitê de Riscos e de Capital (Coris) – Órgão colegiado e estatutário de caráter permanente que assessora o Conselho de Administração no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre os quais o social, ambiental e climático.

Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor e composto por Vice-presidentes e Diretores. Responsável pela aprovação e acompanhamento da execução do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), orientação para implementação de iniciativas em sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definição de diretrizes para o tema, além de conferir uma visão multidisciplinar às tomadas de decisão.

Comitê Executivo de Pessoas Equidade e Diversidade (Ceped) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor e composto por membros da Diretoria Executiva². Responsável pelos objetivos e diretrizes relativos a modelos e processos de gestão de pessoas e ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (Cegrc) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor, composto exclusivamente por Vice-presidentes, cuja finalidade é aprovar estratégias, diretrizes e planos de contingências, além de acompanhar relatórios, resultados e evoluções, referentes à Gestão de Risco, Controles Internos, Gerenciamento de Capital e Gestão de Ativos, Passivos e Liquidez.

Fórum de Sustentabilidade BB – Instância composta por gerentes executivos do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. Apóia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, além de acompanhar as iniciativas sociais ambientais e climáticas e a implantação das ações do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#). Tem periodicidade trimestral e está subordinado ao Comitê Executivo de Sustentabilidade.

Fórum de Cenários – Analisa cenários macroeconômicos, idiossincráticos e de mudanças climáticas, com foco na sua integração com a estratégia corporativa e os riscos e oportunidades relevantes. Composto por gerentes executivos, está subordinado ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (Cegrc).

Auditoria Interna (Audit) – Unidade subordinada ao Conselho de Administração (CA) – Responsável pela realização de auditorias periódicas e independentes, com foco nos riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos, a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

Diretoria Gestão de Riscos (Diris) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela gestão corporativa do Risco Social, Ambiental e Climático, em 2ª Linha de Defesa.

Diretoria Controles Internos e Compliance (Dicoi) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela regulação e supervisão corporativa de riscos, atuando em 2ª Linha de Defesa.

Unidade ASG – Área subordinada à Vice-presidência Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov). Responsável pela condução do tema Sustentabilidade Empresarial e pela gestão específica do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa.

² Composta por Presidente, Vice-Presidentes e Diretores do BB.



Demais Unidades, com destaque às áreas abaixo:

Diretoria de Crédito (Dicre) – Área subordinada à Vice-presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de crédito.

Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vikor). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado a compras, contratações, gestão de recursos logísticos e ecoeficiência.

Diretoria de Agronegócios (Dirag) – Área subordinada à Vice-presidência de Agronegócios (Vipag). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de negócios do agronegócio.

Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas (Dipes) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vikor). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado a pessoas.

Por fim, cabe destacar que a área responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pelo CA, é a Unidade ASG e que, de acordo com a Resolução CMN [nº 4.557/2017](#), o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos é o Chief Risk Officer (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos do BB e indicado pelo CA.

Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático

Elaboramos, periodicamente, reportes aos órgãos de governança a fim de disponibilizar informações necessárias para o acompanhamento e a tomada de decisão dos órgãos colegiados envolvidos no processo de gerenciamento do risco. A seguir, detalhamos os principais reportes desenvolvidos, de alçada do CA:

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA

Relatório	Destinatário	Periodicidade
Painel de Riscos ¹	Cegrc e CA	Mensal e Bimestral (respectivamente)
Resultado do Ciclo de Avaliação da Gestão de Riscos, Segurança e Controles Internos das ELBB	Coris, CD e CA	Anual
Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap)	CA	Anual
Reportes de temas relacionados a sustentabilidade	Cosem, CD e CA	Semestral

(1) Ferramenta na qual se reporta o consumo de limites específicos e globais estabelecidos na Gestão dos Riscos.



Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos

De acordo com as atribuições de cada instância, a governança responsável analisa os requerimentos mínimos de capital, os direcionamentos da estratégia corporativa, o perfil de riscos do BB, o atendimento regulatório, as perspectivas econômicas e seus desafios para a indústria financeira, a visão de analistas de mercado, os anseios da sociedade, o comportamento dos principais concorrentes, a dinâmica de formação de resultado e os resultados obtidos com o programa de teste de estresse do BB.

As decisões dos atores da governança buscam assegurar a consideração dos riscos relevantes, especificamente, do Risco Social, Ambiental e Climático na aprovação e revisão de diversos processos.

Em 2022, por conta da aprovação da [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática](#) – resultante da revisão da antiga Política de Responsabilidade Socioambiental (cuja primeira edição foi publicada em 2015) para alinhamento às novas resoluções – outras importantes políticas também foram revisadas – [Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores](#), [Política Específica de Gestão de Riscos e de Capital](#), [Política de Privacidade](#), [Política Específica de Remuneração de Administradores](#), Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios, Política Geral de Direcionamentos Mercadológicos, Política Geral de Direcionamentos Operacionais, entre outras – de forma a agregar a todas atividades, do banco e de seu conglomerado prudencial, novos conceitos e preceitos atrelados ao RSAC.

Em complemento, ao longo de 2023, revisitamos (e quando necessário, revisamos), além das políticas, os nossos compromissos ([Compromissos BB com os Direitos Humanos](#) e [Compromisso BB com as Mudanças Climáticas](#)), as diretrizes ([Diretriz de Sustentabilidade do BB para o Crédito](#), [Diretrizes Socioambientais BB – Lista Restritiva e Lista de Exclusão](#) e [Diretrizes do Investimento Social Privado](#)), o [Plano de Recuperação](#), Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e o nosso programa de testes de estresse.

As [Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito](#) são norteadores sociais, ambientais e climáticos a serem considerados na análise de propostas de empréstimos e financiamentos. Sua elaboração e revisões anuais contam com a participação de diversos *stakeholders* (acionistas, especialistas do setor, ONGs, clientes e funcionários), com suporte da análise de estudos e relatórios que, por sua vez, consideram projeções de modelos climáticos globais.

Já as [Diretrizes Socioambientais – Lista Restritiva e Lista de Exclusão](#), trazem diversas atividades com as quais o Banco assume risco de crédito sob determinadas condições, aplicando rigor diferenciado na análise, concessão e acompanhamento de crédito (Lista Restritiva). A Lista de Exclusão, como o próprio nome diz, elenca atividades excluídas que o Banco não assume risco de crédito em razão de impedimentos legais ou por não estarem em alinhamento com as Diretrizes do BB.

Quanto aos testes de estresse, em 2023, aprimoramos o Teste de Estresse Integrado (TEI) agregando premissa relacionada ao risco climático, por meio de cenários embasados na ocorrência de eventos climáticos severos (ambiente internacional).



Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climático

Monitoramos objetivos estratégicos e metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos a fim de avaliar seu cumprimento. Os indicadores do Plano Diretor – documento que define e consolida indicadores e metas para cada um dos objetivos estratégicos de longo prazo da [Estratégia Corporativa do Banco do Brasil \(ECBB\)](#) – são reportados ao CA por meio de reuniões, apresentações e painéis.

Além do Plano Diretor, monitoramos também o Acordo de Trabalho das unidades estratégicas que contêm objetivos e indicadores propostos na ECBB.

Por fim, reporta-se ao Cosem o desempenho social, ambiental e climático do Banco do Brasil que abrange, entre outros aspectos, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), dos [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#) e dos Planos de Ação RSAC³.

³Planos de Ação desenvolvidos para alinhamento do BB à TCFD e às Resoluções e Instruções, referentes ao RSAC, publicadas pelos reguladores em 2021.



Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, ambiental e climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.

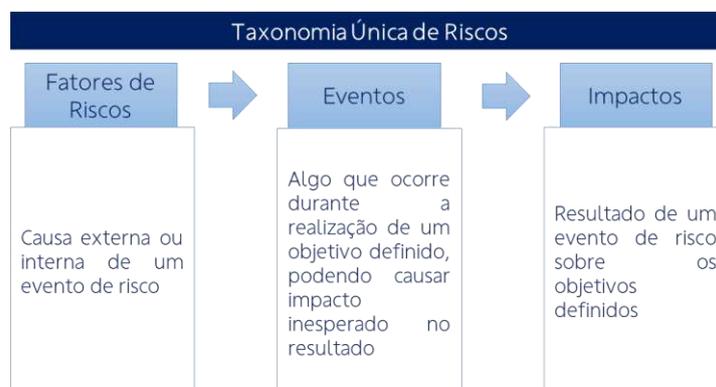
Identificação dos eventos do Risco Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB

A identificação de riscos faz parte de um processo contínuo de gerenciamento de riscos e capital e é fundamental para nossa organização. Nesse processo, validado anualmente pelas auditorias interna e externa e fiscalizado pelos Órgãos de Regulação e Fiscalização, empregamos insumos internos e externos, tais como:

- Riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos constantes na Estratégia Corporativa;
- Riscos inerentes às atividades das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB);
- Fatores de riscos constantes no [Formulário de Referência do BB](#) que sejam considerados relevantes e que possam impactar os negócios e os resultados das nossas operações;
- Riscos identificados pelos gestores de primeira linha de defesa em seus processos;
- Diretrizes regulatórias no Brasil e no exterior;
- Consultorias e publicações especializadas; e
- *Benchmark* de instituições financeiras no Brasil e no exterior.

A partir desses insumos, atualizamos nossa Taxonomia Única de Riscos que consolida, em um mesmo instrumento, todos os fatores, eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco e constitui subsídio para o processo de definição da relevância dos riscos do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

Figura 2. Componentes da taxonomia única de riscos



Tendo em vista a natureza causal do Risco Social, Ambiental e Climático, ele é classificado como fator na Taxonomia, que pode originar eventos que impactem os demais riscos relevantes do BB, demandando processo preventivo de gestão.



Esse instrumento permite identificar possíveis eventos de risco – como trabalho análogo ao escravo, contaminação do solo, estiagem, excesso de chuva, entre outros – de forma não exaustiva e sem sobreposição de sua caracterização e classificação, bem como fatores e impactos dos riscos.

Visando abarcar uma quantidade maior de informações e mitigar vieses, adicionamos à avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático uma variável locacional – alimentada por informações, de fontes externas, como o Bioma Amazonia e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) –, que nos permite vislumbrar como os riscos estão distribuídos (ou concentrados) no território nacional, com granularidade a nível de município, tal como ocorre nas fontes externas que a alimentam.

Quanto aos horizontes temporais definidos no acompanhamento das exposições dos segmentos de Pessoa Física, Produtor Rural e Pessoas Jurídicas e, no conceito de proporcionalidade utilizado na metodologia de sensibilidade ao RSAC, adotamos as seguintes premissas:

Tabela 2. Definição de períodos

Público	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Pessoa Física	até 1 ano	de 1 a 4 anos	a partir de 4 anos
Pessoa Jurídica	até 1 ano	de 1 a 3 anos	a partir de 3 anos
Produtor Rural	até 1 ano	de 1 a 5 anos	a partir de 5 anos

Além das informações geradas internamente, na avaliação de clientes e operações utilizamos informações de fontes externas confiáveis para gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, dentre as quais destacamos:

- Lista de Trabalho Análogo à Escravidão, do Ministério do Trabalho e Previdência;
- Autuação e Embargos, do Ibama⁴;
- Embargos, do ICMBio⁵;
- Avaliação de Risco Climático de Setores Econômicos, do [NGFS \(Network for Greening the Financial System\)](#)⁶;
- Notícias públicas atreladas a situações sociais e ambientais, de diversas fontes de mídia.

Nesse contexto, a fim de complementar o conjunto de insumos utilizados para gestão, é realizado o acompanhamento diário da situação dos municípios atingidos por eventos climáticos relacionados a chuva e estiagem, por meio de consulta a bases públicas oficiais. Essas informações são tratadas no painel de monitoramento de eventos climáticos, possibilitando avaliar os impactos na carteira de crédito e promover, quando necessário, ações para o adequado gerenciamento do crédito concedido.

No que tange às perdas relacionadas ao Risco Social, Ambiental ou Climático, realizamos acompanhamento constante, visando sua prevenção e mitigação. Para o estabelecimento de critérios mínimos para o mapeamento de perdas, consideramos a [SARB⁷ 14⁸](#) e outros instrumentos que corroboram na identificação de elementos relacionados à RSAC presentes nos processos administrativos e judiciais em que a instituição financeira seja parte. A partir do sistema institucional de Perdas Operacionais do BB, geramos uma base com a extração dos eventos das

⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁵ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

⁶ Programa que visa mobilizar o sistema financeiro mundial para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

⁷ Sistema de Autorregulação Bancária desenvolvido para Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

⁸ Diretrizes e procedimentos, estabelecidos pela Febraban, para o estabelecimento e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) pelas Instituições Financeiras Signatárias.



perdas categorizados, cujas causas estão relacionadas aos processos jurídicos que tenham vínculo ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No processo de monitoramento dessas perdas, ao longo de 2023, revisamos o rol de eventos vinculados às perdas operacionais e atrelados a fatores sociais, ambientais ou climáticos. Ademais, observamos que ao longo de 2023 não foram identificadas perdas efetivas significativas em função de eventos sociais e ambientais.

Identificação de concentrações significativas, atreladas ao Risco Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB

Estruturamos o processo de crédito a partir de metodologias de cálculos de risco e limite, em linha com as melhores práticas de gestão e contemplando os processos de:

- cadastro;
- análise de risco e estabelecimento do limite de crédito;
- análise de projetos de investimento;
- contratação e condução de operações; e
- gestão do risco, com o suporte de normativos e estrutura organizacional especializada.

Em todas as etapas são considerados os aspectos particulares do Risco Social, Ambiental e Climático que podem impactar a Instituição.

A identificação e o acompanhamento das exposições aos riscos possibilitam o aprimoramento da gestão, à medida que auxiliam na tomada de decisões quanto à realização, ou não, de determinados negócios – tendo em vista o grau de risco, o apetite da instituição e a concentração atual.

Na Tabela 3 a seguir, é possível observar a avaliação da sensibilidade das exposições à cada um dos riscos para os macrossetores, que compõem a carteira do BB e seus respectivos saldos.



Tabela 3. Macrossetores econômicos e seus graus de risco (bases dezembro/2022 e dezembro/2023)

Macrossetores	Social	Ambiental	Climático	Exposição 2022	Exposição 2023
Adm. Pública	Médio	Baixo	Baixo	11,97%	13,84%
Agronegócio de origem animal	Alto	Médio	Alto	4,89%	4,33%
Agronegócio de origem vegetal	Alto	Médio	Alto	10,29%	10,60%
Atividades específicas da construção	Médio	Médio	Alto	3,34%	3,22%
Automotivo	Médio	Médio	Alto	4,40%	4,54%
Bebidas	Baixo	Médio	Alto	0,34%	0,29%
Comercio atacadista e ind. diversas	Baixo	Baixo	Baixo	2,08%	2,11%
Comercio varejista	Alto	Baixo	Baixo	6,03%	4,60%
Construção pesada	Médio	Médio	Alto	0,89%	1,20%
Couro e calçados	Baixo	Alto	Médio	0,59%	0,47%
Eletroeletrônico	Baixo	Médio	Médio	2,28%	3,45%
Energia elétrica	Baixo	Médio	Alto	7,47%	6,24%
Imobiliário	Alto	Baixo	Alto	2,34%	2,16%
Instituições e serviços financeiros	Baixo	Baixo	Médio	6,28%	5,03%
Insumos agrícolas	Baixo	Alto	Alto	2,71%	3,05%
Madeireiro e moveleiro	Médio	Alto	Alto	1,55%	1,40%
Mineração e metalurgia	Médio	Alto	Alto	4,51%	4,79%
Papel e celulose	Baixo	Alto	Alto	1,24%	1,00%
Petrolero	Médio	Alto	Alto	5,90%	4,62%
Químico	Médio	Alto	Alto	2,66%	2,97%
Serviços	Alto	Médio	Baixo	9,88%	10,19%
Telecomunicações	Baixo	Médio	Baixo	1,53%	3,00%
Têxtil e confecções	Médio	Médio	Médio	1,87%	1,83%
Transportes	Médio	Alto	Alto	4,99%	5,03%

Em complemento, realizamos monitoramento setorial de mercado para fins de gestão do portfólio de crédito e para subsídio ao processo de análise de crédito de clientes, observando os Riscos Social, Ambiental e Climático a que estão expostos.

Além da visão setorial, efetuamos avaliação regional da sensibilidade do Risco Social, Ambiental e Climático, considerando todas as exposições do Banco. O percentual do saldo das operações classificadas com alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, para cada região, é apresentado e monitorado, permitindo comparar as concentrações entre as regiões além de subsidiar a gestão do risco.

Cabe destacar que, ao longo de 2023, realizamos melhorias na Metodologia de Avaliação de Sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, que corroboraram num mecanismo mais adequado a gestão RSAC de nossa carteira. Dentre as mudanças mais significativas, temos:

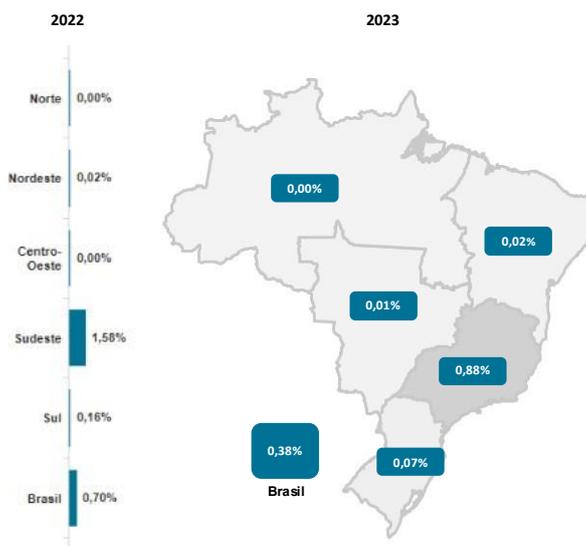
- revisão da sistemática de avaliação do RSAC⁹ das operações;
- refinamento do processo de identificação da localização das exposições.

Assim, frente ao aprimoramento da metodologia, os indicadores de concentração, apresentados abaixo, foram reformulados para melhor entendimento. Neles, temos a representação do % de operações classificadas como “alta sensibilidade” em relação ao saldo da carteira de crédito da região analisada (comparativo bases dezembro/2022 e dezembro/2023).

⁹ A mensuração do RSAC das operações na metodologia RSAC anterior considerava com maior peso a avaliação do macrossetor ao qual as exposições estavam vinculadas. No versionamento da metodologia RSAC, equilibramos a ponderação dos aspectos do macrossetor, do cliente e da operação na avaliação final da exposição.

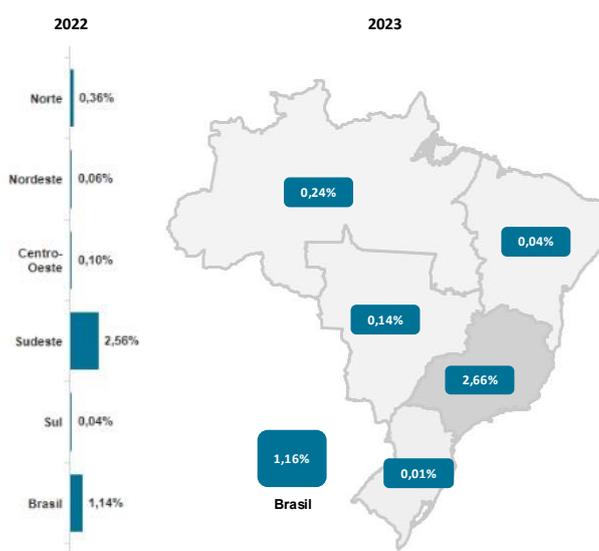


Figura 3. Percentual, em relação à carteira de crédito da região geográfica, do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Social



O percentual de saldo de operações com alta sensibilidade ao Risco Social no território nacional é baixo, 0,38% em 2023, sendo maior na região Sudeste, 0,88%, conforme cor mais intensa demonstrada na Figura acima. Em relação a dezembro de 2022, é possível observar que houve diminuição significativa do percentual nacional, de 0,70% para 0,38%. Como forma de mitigar a exposição, a gestão do Risco Social conta com uma série de instrumentos utilizados quando da concessão do crédito, descritos no próximo capítulo, entre os quais elencamos: informações públicas, atreladas a RSAC, internalizadas nos sistemas de gestão de clientes e operações; Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado nos clientes e projetos relevantes; Índice de Vulnerabilidade Social e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Figura 4. Percentual, em relação à carteira de crédito da região geográfica, do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Ambiental

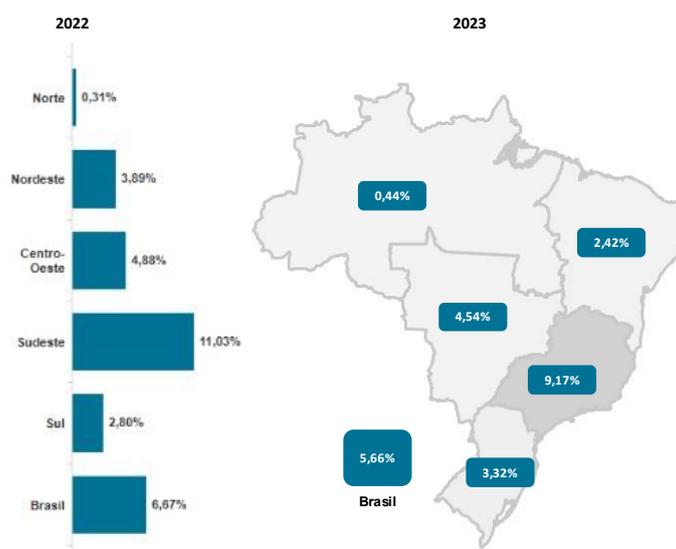


A distribuição geográfica do percentual de operações classificadas como de alta sensibilidade ao Risco Ambiental, visão Brasil, permaneceu praticamente estável em dezembro de 2023 quando comparada ao mesmo período de 2022, 1,16% e 1,14%, respectivamente. A região Sudeste responde pela maior parte desse percentual (cor mais



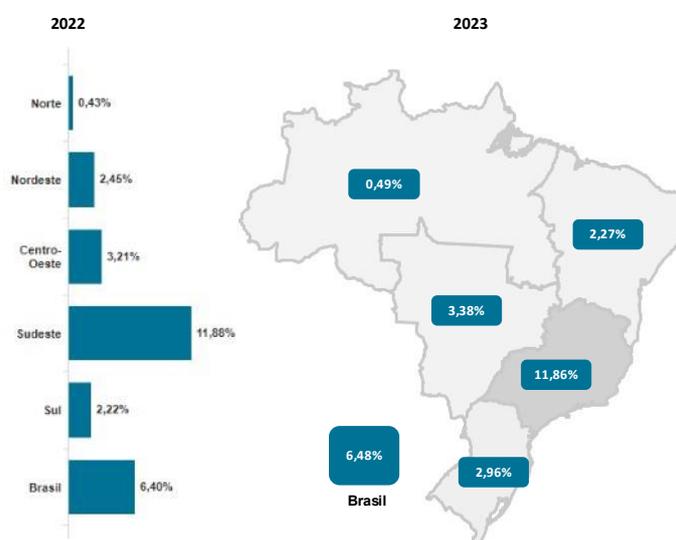
intensa na Figura), seguida pela região Norte. Entre as ferramentas utilizadas para mitigação do Risco Ambiental em meio ao processo de concessão de crédito, cabe destacar: anotações cadastrais relacionadas ao tema; Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado aos clientes e projetos relevantes; monitoramento de mídia; lista de embargos e autuações do Ibama; lista de embargos do ICMBio; relação de áreas contaminadas e georreferenciamento de áreas específicas.

Figura 5. Percentual, em relação à carteira de crédito da região geográfica, do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Climático Físico



No que se refere ao Risco Climático Físico, a região Sudeste apresenta a maior concentração de operações de alta sensibilidade, 9,17%, seguida pela região Centro-Oeste, com 4,54% em relação à carteira de crédito da região analisada. Para a mitigação do Risco Climático Físico, entre os instrumentos, utilizamos: seguros agrícolas; [Zoneamento Agrícola de Risco Climático \(Zarc\)](#), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA); financiamento a segmentos voltados para a economia verde; e aplicação de condições específicas para financiamento a setores mais sensíveis ao Risco Climático.

Figura 6. Percentual, em relação à carteira de crédito da região geográfica, do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Climático de Transição





Com relação ao Risco Climático de Transição, a região Sudeste aparece novamente com a maior concentração de operações de alta sensibilidade. O sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e os aprimoramentos do processo de gestão constituem instrumentos importantes para a gestão desse risco.

Por fim, observa-se que a região Sudeste por concentrar exposições relevantes vinculadas a macrossetores classificados com alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático apresenta a maior concentração entre as regiões.

Como os eventos de Risco Social, Ambiental e Climático são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB

Comprometido em ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), o BB incorpora aos negócios, à estratégia e ao gerenciamento de capital aspectos relacionados ao Risco Social, Ambiental e Climático.

Nosso compromisso se manifesta em iniciativas e pactos dos quais somos signatários, como os Princípios do Equador, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD), o Protocolo Verde, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e o *Business Ambition*. Ainda, se manifesta pela incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento dos nossos negócios, estratégia, planejamento financeiro e no aprimoramento dos processos de gestão de riscos.

No processo de formulação da [Estratégia Corporativa do BB \(ECBB\)](#) e do Plano Diretor, que possui periodicidade de revisão anual e horizonte de abrangência de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT¹⁰ e cenários, direcionamentos da alta administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, entre outros, possíveis eventos sociais, ambientais e climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisão das estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, o risco de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, entre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Nessa conjunção, alinhados a ECBB, principalmente no que tange a geração de resultados sustentáveis para o Banco, revisamos nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS¹¹), onde ditamos os riscos e os respectivos níveis que estamos dispostos a assumir. Em 2023, visando fomentar a expansão da carteira de negócios sustentáveis¹², foram aprovados novos indicadores RSAC para RAS, centrados sobretudo na gestão de setores e segmentos de alta sensibilidade a fatores sociais, ambientais ou climáticos.

¹⁰ Técnica de planejamento estratégico utilizada para auxiliar na identificação de forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do objeto/assunto analisado.

¹¹ Sigla em inglês para *Risk Appetite Statement*.

¹² Advém de estudo realizado pela consultoria SITAWI que, em conjunto com a Unidade ASG, elencou as operações que possuem externalidades positivas (mitigadoras) para o Risco Social, Ambiental ou Climático.



Sob a ótica de oportunidades de negócios, destacamos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), que visa aprimorar negócios e práticas administrativas ao consolidar ações e indicadores de cunho social, ambiental e de governança. Além de impulsionarem o desenvolvimento social e ambiental, as linhas de negócios propiciam a mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático, tanto para o banco quanto para os demais envolvidos.

Alinhado a isso, temos negócios, produtos e serviços para todos os nossos públicos de relacionamento voltados a promover uma economia mais verde e inclusiva. Aqueles associados ao agronegócio, e ao Plano Safra, que predominam na Carteira de Crédito Sustentável do BB (40,6% no 4T23) impulsionam atividades e melhorias nos setores relacionados à agricultura e pecuária do país.

Em complemento, revisamos as [Diretrizes de Sustentabilidade Banco do Brasil para o Crédito](#) e as [Diretrizes Socioambientais BB – Lista Restritiva e Lista de Exclusão](#), que contemplaram, em 2023, entre outros avanços, a inserção da extração de carvão mineral e a geração de energia termelétrica a carvão mineral, combustível fóssil mais poluente, na lista de atividades com as quais o Banco não assume risco de crédito.

Além disso, no relacionamento com nossos fornecedores, objetivamos melhorar o tratamento e as condições de trabalho estabelecidas. Através de nossa [Política de Relacionamento com os Fornecedores](#) buscamos demonstrar a nossa cultura e os valores, por nós defendidos, no relacionamento com fornecedores e respectivos empregados nos processos de compras, contratações e descarte de materiais.

Em consonância, em contratos firmados existem cláusulas em que o fornecedor declara conhecer e respeitar nossos códigos, normas e políticas, dentre outros norteadores.

Por fim, acompanhamos nossos fornecedores durante a vigência do contrato e, caso constatada infração das disposições ou à legislação relativa à sua execução, é aberto processo administrativo que prevê a aplicação de sanção administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.

Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários

Ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, o BB está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono, de acordo com os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

Nesse contexto, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC, para o Risco Climático Físico, e pelo NGFS, para o Risco Climático de Transição.

Usando como base informações presentes no [IPCC Sixth Assessment Report](#), optamos por cenários mais compatíveis com percepções nele destacadas, com o objetivo de prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária do país e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB.

A escolha de 2 cenários atrelados ao Risco Físico e 2 atrelados ao Risco de Transição se deu por entendermos que eles, em conjunto, abarcam uma gama suficiente de possibilidades factíveis para o Brasil.

Dentre os cenários utilizados como referência, temos:



Cenários de Risco Físico

- **RCP 4.5:** cenário intermediário, condizente com o futuro das reduções de emissões relativamente ambiciosas, no qual em 2080 teremos uma redução de 50% das emissões globais. Apesar dos esforços e das metas arrojadas, ainda teríamos um aumento aproximado de temperatura de 2°C;
- **RCP 8.5:** cenário severo, onde as emissões de GEE não parariam de aumentar até o fim do século e a temperatura média da atmosfera do planeta aumentaria cerca de 4°C.

Cenários de Risco de Transição

- **Net Zero 2050:** cenário mais ambicioso, em que se limita o aquecimento global a 1,5°C, por meio de políticas climáticas mais rigorosas e maior inovação, que possibilitam atingir zero emissões líquidas de CO₂ por volta de 2050. Nele, o risco físico é relativamente baixo, enquanto o risco de transição é alto;
- **Current Policies (Política Atual):** assume que apenas as políticas atualmente implementadas serão realizadas, resultando em elevado risco físico. Sob o enfoque de risco de transição, esse cenário traz pouco impacto, tendo em vista a permanência no estado de dormência, por parte dos governos e reguladores.

Dessa forma, as hipóteses (cenários) desenvolvidas são:

- Aumento de temperatura inferior a 2°C** (alinhado ao *Representative Concentration Pathway* (RCP) 4.5 e ao *Net Zero 2050*), pressupondo o cumprimento integral do Acordo de Paris¹³. Nesse cenário, as políticas são mais rígidas, com o objetivo de zerar as emissões líquidas de CO₂ até 2050 e limitar o aumento da temperatura média a 2°C.

Para tal, observa-se um investimento massivo em tecnologia e o engajamento e cobrança por uma postura mais sustentável de todos os agentes econômicos. O processo de precificação de carbono se intensifica, gerando a necessidade de adaptação maior de alguns setores.

Diante disso, os Riscos Físicos tendem a ser mitigados e novas fontes de energia e matéria-prima serão desenvolvidas, gerando baixos danos a produção e a população;

- Aumento médio de 4°C** na temperatura ao final do século (equivalente ao RCP 8.5 e ao *Current Policies*), considerando o não cumprimento do Acordo de Paris e seguindo a tendência atual das emissões.

Nessa circunstância, pouca ou nenhuma mudança legal ou regulatória no campo climático, levam a um aumento significativo das emissões globais de GEE, o que tende a intensificar substancialmente os riscos físicos.

Na seara do Risco de Transição, não veremos nada muito diferente do que já presenciamos atualmente. Não teremos avanços no processo de precificação. A demanda por produtos e serviços sustentáveis continuará sem incentivos e acontecerá de forma bem lenta e gradual. As políticas de indução para uma economia de baixo carbono e regulação sobre as emissões de GEE não irão demandar grandes adaptações e investimentos tecnológicos, causando impacto quase irrelevante para os setores.

Quanto ao Risco Físico, a tendência é um aumento na frequência de eventos climáticos extremos, a ponto de piorar a escassez hídrica e diminuir a disponibilidade de recursos e matérias-primas, gerando uma ameaça a manutenção das atividades e a sobrevivência da população.

¹³ Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), na França, 196 países se comprometeram a adotar metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.



Entre os dois cenários desenvolvidos, a diferença se dá na trajetória das mudanças climáticas, frente às medidas adotadas, e no grau de severidade dos impactos no curto, médio e longo prazo.

A seguir, apresentamos os critérios utilizados para avaliação dos riscos e seus impactos nos cenários:

Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas

Critérios para Avaliação do Risco Climático, Físico e de Transição, para o Brasil	
Danos físicos	Refere-se aos danos causados por fenômenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais sobre os ativos fixos das empresas, assim como possíveis perdas físicas ou a uma diminuição da produtividade ou provocar indiretamente eventos subsequentes, como a perturbação de cadeias de oferta. Os setores mais vulneráveis a este tipo de risco são aqueles intensivos em bens de capital, como o setor de agronegócio, industrial, energia, dentre outros.
Escassez Hídrica	Refere-se às alterações na disponibilidade de água e no regime de chuvas no país. A consequência da escassez hídrica é a redução na oferta de alimentos pelo setor do agronegócio e o comprometimento do fornecimento de energia elétrica nos setores produtivos.
Energia	Os eventos climáticos extremos afetam diretamente o fornecimento de serviços de energia, via alterações na disponibilidade e confiabilidade de fontes renováveis, como água (chuva) para hidrelétricas. A alteração climática ameaça ainda a infraestrutura e instalações de exploração, extração e conversão de energia, por exemplo, plataformas de óleo e gás offshore, refinarias em áreas costeiras etc. Ademais, o clima altera a eficiência dos dispositivos de conversão energética (painéis fotovoltaicos, motores de combustão interna, usinas termelétricas e assim por diante).
Produtividade	Refere-se a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final com os danos causados por eventos climáticos extremos nos setores econômicos.
Tecnologia	Esforços para adoção ou adaptação de tecnologias, produtos e serviços com menor emissão de GEE. Normalmente implica alto custo e elevado aporte de capital.
Regulatório	Mudanças regulatórias que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono. Representa o arcabouço normativo que embasa a transição para redução ou eliminação do uso de combustíveis fósseis na produção e consumo intensivo em carbono, requer mudança significativa de processos, com migração para atividades que promovam emissões neutras em todos, ou na maioria, dos setores econômicos. A implementação de tecnologias alternativas pode gerar aumento significativo de custos enquanto à adoção de políticas regulatórias pode induzir a transição por meio do aumento de valor implícito das emissões.
Mudança padrão consumo	A sensibilidade e resiliência dos setores em relação às mudanças climáticas afetarão o padrão de consumo da sociedade pela demanda de novos tipos de serviços e produtos. Setores que fornecem equipamentos de eficiência energética e de geração de energia renovável podem encontrar oportunidades, assim como o setor financeiro, por meio da criação de produtos específicos voltados ao estímulo de uma economia de baixo carbono, evidenciando-se como um ator fundamental nessa transição, intermediando o setor produtivo. Alguns setores serão mais afetados que outros na busca pelo atendimento da demanda do mercado e a facilidade ou dificuldade que encontrarão nesse sentido.
Precificação das emissões	No sentido de incentivar a redução das emissões de carbono, considera-se a atribuição de custo para os setores que mais emitem GEE, o que pode afetar a estrutura de custo das empresas mais intensivas em emissões, como as que estão inseridas no setor de petróleo e gás, indústria pesada e de geração de energia termelétrica. Em contrapartida, aqueles setores de baixa emissão ou emissão negativa de GEE, como o florestal e de geração de energia renovável, podem vender créditos e direitos, obtendo receitas de emissão de carbono. Vislumbra-se que a precificação das emissões se torne um risco material no médio prazo.

No que se refere ao Risco Físico, utilizamos os seguintes critérios para o desenvolvimento de nossa narrativa: dependência de energia e do uso da água (escassez hídrica), insumos/produtos agrícolas utilizados na cadeia produtiva e sensibilidade aos eventos climáticos (danos físicos).



Frente a ocorrência de eventos climático extremos (estiagens e chuvas abundantes), temos a possibilidade de danos as estruturas de operação, dificuldade de logística, aumento de custos e paralisação das atividades de clientes, o que pode resultar num aumento de inadimplência.

Ademais, por conta da nossa dependência de usinas hidrelétricas para geração de energia, em períodos de escassez hídrica, se faz necessário o acionamento de usinas termelétricas – menos sustentáveis, por serem movidas a combustíveis fósseis, e com maiores custos de geração de energia –, o que resulta na elevação no preço da energia elétrica, impactando o orçamento de famílias e empresas, prejudicando a atividade industrial, através da redução da oferta de produtos e o aumento dos preços.

Quanto ao Risco de Transição, nossa análise apoia-se nos seguintes critérios: precificação das emissões, necessidade de adaptação tecnológica, regulações que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono e mudanças nos padrões de consumo (reputação).

Sob o viés de mudanças de mercado e tecnologia, podemos presenciar um aumento da exigência de uma conduta responsável das empresas, o que tende a gerar uma mudança na oferta/demanda de certos produtos/serviços, colocando em risco a continuidade de algumas empresas e segmentos.

No campo legal e regulatório, algumas mudanças podem exigir das empresas uma maior capacidade de adaptação/enquadramento para uma economia de baixo carbono, o que pode afetar, por um período, negativamente seus resultados e a manutenção de seus negócios.

Já no âmbito reputacional, caso as expectativas do mercado, de uma melhor conduta social, ambiental e climática, não sejam atendidas pelas empresas, é possível que suas receitas e linhas de crédito sejam afetadas, colocando em risco sua continuidade.

O futuro dos preços e volumes de combustíveis fósseis, juntamente com a descarbonização do setor de energia – através de mudanças para fontes alternativas de energia e implantação de fontes de captura e armazenamento de carbono (CCS) –, constituem fatores-chave na transição para uma economia de carbono zero.

O Banco do Brasil realiza periodicamente testes de estresse considerando variáveis de mudanças climáticas. Os resultados desses testes permitem identificar pontos de atenção ou fragilidades e avaliar a adequação de capital e liquidez.

No ciclo de 2022, incorporamos ao desenvolvimento de nossos cenários a execução de teste de estresse considerando a variável de “ciclo hidrológico desfavorável” – em que não há recursos hídricos suficientes para suprir a demanda, em determinado sistema hídrico e período, seja por deficiência quantitativa ou qualitativa dos mananciais – visto que no Brasil, em pouco mais de duas décadas, os eventos de escassez hídrica – estiagem e seca – são os mais numerosos e os principais responsáveis, dentre os riscos climáticos, pelos prejuízos.

Em evolução, para o ciclo de 2023, foi desenvolvido teste de estresse considerando a ocorrência de um Super *El Niño*. Os efeitos decorrentes desse fenômeno foram avaliados tanto na carteira PF Rural (para culturas e regiões selecionadas), quanto na carteira PJ (visão setores econômicos). Na hipótese de ocorrência do cenário de Super *El Niño*, as simulações de impacto sobre a estrutura de negócios do BB indicam que haveria resiliência para a absorção dos efeitos resultantes.

A partir da seleção dos cenários de risco climático de transição do NGFS, desenvolvemos análise de sensibilidade aplicada na carteira de crédito do BB. Dentre os cenários de referência disponíveis, adotou-se aqueles que consideram as características dos modelos e critérios para o Brasil, nas visões “*Divergent*”, “*Net Zero*” e “*Delayed*”.



Além disso, foi realizada uma análise comparativa entre a projeção dada pelo cenário Macroeconômico do BB em relação aos indicadores dos cenários de referência NGFS.

A realização da análise de sensibilidade propicia uma visão mais clara dos impactos dos Riscos Climáticos de Transição sobre a carteira de crédito do BB, disponibilizando material para auxiliar outros processos como de gestão de capital e de teste de estresse.

Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono

É fundamental que as empresas estejam aptas a enfrentar mudanças, sejam elas climáticas, legais, sociais ou ambientais. Nesse contexto, nossas ações são orientadas pelo [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), instrumento fomentador de negócios e práticas sustentáveis.

Adicionalmente, as narrativas de cenários desenvolvidas nos permitem avaliar diversas atividades associadas ao planejamento estratégico, identificando, previamente, necessidade de aprimoramentos.

Ao analisar como cada critério elencado pode impactar nossos negócios, nos preparamos para oferecer novos instrumentos financeiros ao mercado, como crédito para novas tecnologias, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando as oportunidades de valor compartilhado. Ademais, é possível alinharmos, tempestivamente, o nosso apetite a riscos com ações de mitigação, tanto para o Risco Climático Físico quanto o de Transição.

Atentos ao cenário internacional e às necessidades do nosso País, bem como aos rumos do setor financeiro, buscamos atuar de forma proativa e inovadora na criação e no aprimoramento de soluções financeiras que estimulam e auxiliam governos, empresas e pessoas a implementarem ações de redução de emissões de GEE e de adaptação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas, colaborando na transição para uma economia de baixo carbono.

Para isso, empreendemos esforços para aumentar os financiamentos e/ou investimentos para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes, e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentáveis e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;



- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.

Em complemento, por meio dos [Compromissos BB 2030](#)¹⁴ para um Mundo mais Sustentável, buscamos apoiar funcionários, clientes, investidores, fornecedores e sociedade na transição para um portfólio, de produtos e serviços, e práticas mais sustentáveis, que gerem valor para as pessoas e para o meio ambiente.

¹⁴ Todos os compromissos estão alinhados a objetivos globais, como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).



Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da estrutura de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Processo de identificação, mensuração e avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático

Seguindo as atribuições de responsabilidade expressas pelo MRLD adotado, a gestão do RSAC é desenvolvida em diversas áreas da organização, respeitando o âmbito de atuação. Utilizamos ferramentas que auxiliam na identificação do RSAC, dentre as quais destacamos:

- a) Anotações cadastrais relacionadas ao tema, de forma automatizada;
- b) Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado na análise de risco e crédito de clientes e projetos relevantes;
- c) Monitoramento de mídia;
- d) Índice de vulnerabilidade social;
- e) Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- f) Lista de embargos e autuações do Ibama;
- g) Embargos do ICMBio;
- h) Relatório de visita ao cliente;
- i) Relação de áreas contaminadas;
- j) Sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e aprimoramento do processo de gestão;
- k) *Due Diligence* de fornecedores.

Cabe destacar que o Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, em sua última revisão, realizada em 2023, incorporou a nova regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático, estruturando-se em grupamentos de questões por tipo de risco (social, ambiental e climático), por porte do cliente analisado e por setor de atuação.

Foram aplicados, em 2023, 5.599 questionários, dos quais 49 referentes a análise de projetos de investimento.

Para mensuração, além dos processos de identificação e avaliação de riscos já previstos na [Lei das Estatais](#) (Lei nº 13.303/2016), em Legislação Complementar, no [Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A. \(RLBB\)](#) e aqueles inerentes a atividade de compras e contratações, utilizamos instrumentos de *Due Diligence* complementares e especializados, por meio de questionários estruturados, pesquisa em fontes abertas e bases



internas de informações das empresas avaliadas e seus respectivos administradores, indicadores KRI's¹⁵, soluções analíticas e visitas *in loco*.

Quanto à identificação e classificação dos riscos na criação ou revitalização de produtos e serviços, adotamos Fluxo de Criação de Produtos, abrangendo orientações e FAQ – Risco Social, Ambiental e Climático, com o intuito de auxiliar na identificação desses riscos por parte dos gestores de produtos no Banco.

No que se refere a mensuração do Risco Social, Ambiental e Climático, adotamos indicadores e metodologia de sensibilidade ao RSAC, considerando avaliação em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e, em complemento, análise atrelada à região geográfica das operações, que permitem classificar, avaliar e monitorar os clientes de acordo com o grau de risco inerente às suas atividades.

Possuímos um conjunto de indicadores que são utilizados para mensuração e monitoramento do risco. Em decorrência das novas resoluções, ao longo de 2022 e 2023, revisamos a nomenclatura e a forma de cálculo dos indicadores e da metodologia de avaliação de sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No que compete à efetiva mensuração do risco, por meio da metodologia de avaliação de sensibilidade ao RSAC, utilizamos informações relacionadas a aspectos sociais, ambientais e climáticos, entre as quais destacamos:

- Lista de trabalho análogo ao escravo;
- Trabalho infantil;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Empresas inidôneas e suspensas;
- Carteira sustentável;
- Seguro rural;
- Proporcionalidade¹⁶;
- Bioma Amazônia¹⁷.

Na perspectiva do Risco Climático Setorial, avaliamos a exposição mensurada por meio da [Régua de Sensibilidade Climática da Febraban](#), adaptada para os nossos macrossetores. Avaliamos cenários que evidenciam potencial de materialização das mudanças climáticas na carteira de crédito do BB, aplicando análise de sensibilidade de forma integrada com a resiliência da estratégia corporativa.

Nessa etapa, realizamos análise do setor econômico associado às atividades do cliente, observando a possibilidade de exposição ao Risco Climático, conforme classificação da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD).

Ainda em termos setoriais, monitoramos ocorrências de eventos climáticos e seus potenciais impactos nos setores da economia, de forma a antecipar tempestivamente movimentos de gestão na carteira de crédito. Complementarmente, por meio do Relatório de Acompanhamento de Clima, realizamos diagnóstico climático e análise das condições das lavouras das principais *commodities* agrícolas afetadas no trimestre, além do prognóstico

¹⁵O *framework* do gerenciamento do risco operacional, categoria de risco de terceiros, tema fornecedores, estabelece por meio de *Due Diligence* Social e Ambiental aplicada aos fornecedores, *score* de risco do fornecedor em cada avaliação. Além disso, o *framework* também estabelece o *score* de exposição do Banco do Brasil ao risco operacional, categoria risco de terceiros, tema fornecedores nos temas avaliados.

¹⁶ Leva em consideração o prazo da operação e o montante de saldo.

¹⁷ O IBGE dispõe a relação de municípios que compõe o Bioma Amazônia, possibilitando a identificação dos clientes que residem nesses locais. Entendemos que, clientes que estão localizados nessas áreas estão mais propensos a incorrerem em eventos de risco ambiental.



de clima para o próximo período, e por meio do Diagnóstico Geo Socioambiental, geramos dados sobre sobreposição de glebas financiadas com diversas bases: Unidades Federativas (IBGE), Biomas (IBGE), Áreas Embargadas (IBAMA/ICMBio/SEMA), Unidades de Conservação (ICMBio/MMA), Vegetação (IBGE), Clima (IBGE), Relevo (IBGE), Bacias Hidrográficas (IBGE), Solos (IBGE) e Potencial Agrícola (IBGE), entre outras.

Pensando na perenidade dos nossos negócios frente às ameaças das mudanças climáticas, analisamos cenários que consideram questões climáticas por meio de análise de sensibilidade, aplicada sobre a carteira do BB, na visão de macrossetores da economia, considerando eventos climáticos físicos e de transição.

Em adição, realizamos teste de estresse envolvendo variável climática, com a finalidade de avaliar o impacto do Risco Físico (ex.: fenômeno *El Niño* ou *La Niña*) sobre a carteira de crédito. Em relação ao Risco de Transição, realizamos análise de sensibilidade considerando cenários NGFS, buscando avaliar os impactos das variáveis macroeconômicas dos cenários *Net Zero*, *Divergent* e *Delayed* sobre nossos negócios.

No âmbito da Avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, realizamos uma gestão multidimensional para tratar fatores e eventos de riscos sob possibilidade de perdas financeiras decorrentes do processo de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços pelos fornecedores e de danos à reputação da instituição.

Para definição dos níveis de exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático dos fornecedores, utilizamos cenários desenvolvidos internamente e metodologia própria com faixas de riscos definidos, controlados e monitorados.

Em 2023, a partir da necessidade de avaliação da sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações físicas próprias e de uso relevantes do BB, desenvolvemos metodologia de avaliação do Risco Climático Físico, considerando os direcionamentos da TCFD e do Regulador. A Metodologia visa auxiliar no mapeamento das instalações mais expostas a eventos de Risco Climático Físico por município, considerando o grau de relevância e impacto para o BB, a partir da observação de histórico e fatores elencados.

A avaliação do nível de exposição das instalações do BB nos possibilita análise de impactos e vulnerabilidades, permitindo atendimento contínuo ao cliente e endereçamento de ações de mitigações conforme região geográfica, contribuindo no desenvolvimento de capacidade adaptativa da organização frente às mudanças climáticas, visando oportunidades e melhor gerenciamento do risco.

Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático

Na avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria Fornecedor, desenvolvemos indicadores para medir a exposição do banco, em que consideramos o resultado da avaliação individual dos fornecedores público-alvo e atribuímos pesos diferenciados para as avaliações com riscos mais elevados.

Quanto à classificação das exposições da nossa carteira de crédito, sob o viés RSAC, adotamos metodologia específica em que as exposições são avaliadas em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e ponderamos, ainda, nas análises, a região geográfica das operações.

Visão Setor Econômico

No âmbito do Risco Social, ponderamos o impacto em cada macrossetor, como “Relevante” para maiores saldos e “Baixo” para menores, considerando ocorrências de eventos de risco relacionados a:



- Trabalho análogo ao escravo;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Incidência de trabalho infantil;
- Notícias relacionadas ao Risco Social resultantes do processo de monitoramento de mídia.

Adicionalmente, utilizamos a ponderação do Risco Social para alguns setores econômicos, referenciada no [Guia para Gestão dos Riscos Sociais](#).

No espectro Ambiental, além da classificação presente na [Política Nacional do Meio Ambiente](#) (Lei nº 10.165/2000) – que ranqueia as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais – contabilizamos as ocorrências atreladas a infrações do Ibama (embargos e autuações), embargos do ICMBio e notícias relacionadas a eventos de Risco Ambiental veiculadas na mídia.

Sob o prisma Climático, utilizamos como base a [Régua de Sensibilidade ao Risco Climático](#) proposta pela Febraban – onde há a descrição de diversas atividades/setores econômicos com alta e média exposição ao Risco Climático – adaptada para os nossos macrossetores.

Visão Cliente

Na dimensão Cliente, para exposições do Risco Social e Ambiental, além da classificação do macrossetor, consideramos informações cadastrais do cliente, determinadas pela presença de informações e anotações desabonadoras (de cunho social e ambiental), além de outras relacionadas ao risco locacional e proporcionalidade.

Para o Risco Climático, consideramos o macrossetor, a exposição total da instituição com o cliente e a região de atividade do cliente. A esse último critério denominamos risco locacional, que é dado pelo [Índice de Vulnerabilidade a Desastres Naturais de Seca \(IVS\)](#) do município onde se desenvolve a atividade objeto da operação.

Visão Operação

Avaliamos nossas operações de crédito quanto à exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático, considerando o prazo médio ponderado da operação e o saldo de exposição, além das informações do setor econômico e a variável ‘Carteira de Crédito Sustentável’¹⁸ – que elenca as operações que possuem externalidades sociais e ambientais positivas, de acordo com as características das linhas de crédito e setores tomadores.

Em específico, para o Risco Climático das operações de produtores rurais, adicionamos, ainda, existência de seguro agrícola. A Tabela a seguir demonstra os valores de mitigadores no custeio agrícola, associados às operações rurais no Banco.

¹⁸ Possui verificação externa independente pela Nint/ERM (antiga Sitawi), em consonância com as principais taxonomias globais.

Tabela 5. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões¹⁹

	Safra 21/22	Part. %	Safra 22/23	Part. %	Safra 23/24	Part. %
Custeio Agrícola	27.935	100	51.728	100	47.921	100
Total com Mitigador	16.736	59,9	29.959	57,9	25.581	53,4
Seguro Agrícola	13.137	47	23.784	46	20.559	42,9
Proagro	3.482	12,5	6.092	11,8	4.933	10,3
Proteção de Preço	116	0,4	82	0,2	88	0,2
Sem Mitigador	11.199	40,1	21.769	42,1	22.340	46,6

Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB

Diante da velocidade das informações que surgem diariamente, é imprescindível o acompanhamento e identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição. Buscando atualização constante e tempestiva, utilizamos mecanismos para identificação e monitoramento destas mudanças.

Mudanças Políticas

Dada a relevância do assunto, o BB dispõe da Gerência de Relações Institucionais, responsável por coordenar o relacionamento da instituição com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse âmbito, potencializamos oportunidades e mitigamos riscos por meio de identificação de assuntos que podem impactar o Banco, atuando de forma preventiva. Além disso, monitoramos, via dados abertos, as matérias apresentadas e todas as tramitações dos projetos no Congresso Nacional.

Para o monitoramento, possuímos ferramenta própria que possibilita amplo acompanhamento das atividades (pronunciamentos parlamentares, pleitos, audiências públicas e matérias legislativas) e instrumentos (projeto de lei, medida provisória, requerimento de informação, indicação, projeto de resolução, entre outros) que estão em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, ou por suas Casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Comissões.

Mudanças Legais ou Regulamentares

Para o monitoramento de requisitos regulatórios e mudanças legais, utilizamos métodos de *analytics* para a captura e análise automatizada de informações nos sites dos principais reguladores.

De posse das informações resultantes, as áreas responsáveis pela internalização das normas avaliam o seu impacto e declaram as ações necessárias de forma tempestiva, a fim de garantir que produtos, serviços, processos e canais do BB estejam sempre em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores.

Regulamentações de Licenças/Outorgas d'água Estaduais

¹⁹ Fonte: [Relatório de Análise do Desempenho 4T23](#), p. 94.



Em complemento aos processos já mencionados, também monitoramos as regulamentações federais, estaduais e municipais, tais como as emissões de outorgas d'água²⁰ e outras licenças ambientais²¹.

Realizamos o acompanhamento das alterações em legislações ambientais federais, estaduais e municipais pelos meios disponíveis – Diário Oficial do Estado, site do órgão ambiental e outros.

²⁰ A Outorga é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, no entanto, essa autorização não dá ao usuário a propriedade de água, mas, sim, o direito de seu uso.

²¹ Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, conforme Art. 1º da Resolução [Conama nº 237/1997](#).



Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático e os demais riscos

No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático, e entre esse e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017.

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos permite a avaliação do nível de exposição aos riscos financeiros e não-financeiros, bem como de suas interações. O Risco Social, Ambiental e Climático, dada sua característica transversal e natureza causal, pode gerar impactos nos demais riscos relevantes da instituição.

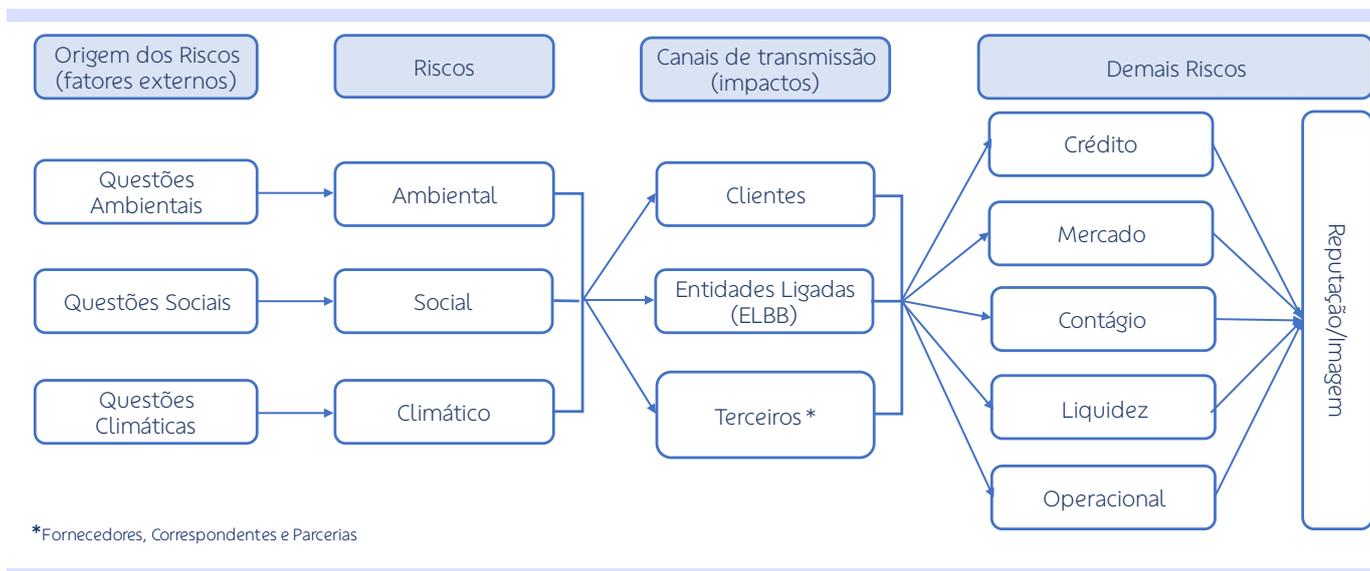
Desta forma, à luz da Resolução CMN nº 4.943/21, revisamos nossa Taxonomia Corporativa de Riscos, relacionando os Eventos dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e Liquidez aos Fatores Ambiental, Social e Climático.

Sob a ótica de que a materialização de eventos relacionados aos riscos relevantes pode gerar exposição ao risco de reputação, monitoramos menções ao Banco e suas Entidades Ligadas (ELBB), em publicações e posts na imprensa digital e redes sociais relacionados a temas sensíveis, inclusive os de natureza social, ambiental e climática.

Nessa perspectiva, a gestão integrada de riscos possibilita o acompanhamento da nossa exposição, identificando os sobreamentos entre as diversas categorias, o que viabiliza melhor avaliação dos impactos nas interações entre os riscos, promovendo aprimoramento da gestão e adoção de estratégias e mitigadores mais assertivos, tais como:

- a) marcação na base de perdas de outros riscos, quanto aos fatores RSAC associados, para conhecimento de sua exposição e;
- b) atuação preventiva no processo de gestão, de modo a minimizar a ocorrência de outros riscos.

Figura 7. Integração entre RSAC e demais riscos



A manifestação do Risco Climático pode se dar de diversas formas. A Tabela a seguir apresenta exemplos, não exaustivos, de diferentes tipos de riscos físicos e de transição e sua materialização em impactos diretos ou indiretos para a instituição em quatro tipos de riscos que gerencia.

Impactos diretos são aqueles de fácil identificação, uma vez que resultam da simples ação de causa e efeito. Por outro lado, impactos indiretos resultam de uma reação secundária, ou parte de uma cadeia de reações do mercado financeiro, nas economias locais ou em outras empresas.



Tabela 6. Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos

Risco	Definição	Risco Físico		Risco de Transição	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Risco de Crédito	Possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.	O aumento da frequência e severidade de eventos climáticos gera danos ao cliente e/ou danos à sua propriedade, o que pode ocasionar um aumento da probabilidade de inadimplência, bem como desvalorização dos bens dados em garantia.	O aumento dos danos diretos resultantes de eventos climáticos severos eleva os custos de seguro e/ou preço dos insumos, afetando a capacidade de pagamento dos clientes.	Mudança nos hábitos dos consumidores alteram a lucratividade de empresas que demoram a se adaptar a economia de baixo carbono.	Baixa rentabilidade de indústrias carbono intensivas leva a redução da produção de economias locais, aumento de desemprego e de risco de inadimplência (queda PIB regional).
Risco de Mercado	Possibilidade de perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.	O calor e a seca causam variabilidade na produção agrícola ou o clima severo perturba as cadeias de fornecimento de commodities, levando à volatilidade dos preços.	Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos em uma região de alto risco leva a mudança sistêmica nos tipos de culturas produzidas nas regiões afetadas.	A redução da demanda do consumidor por produtos/serviços menos sustentáveis e de alta emissão de carbono impacta negativamente o valor patrimonial das empresas de transição lenta.	Demanda sustentada por ativos "verdes" associada a restrições na cadeia produtiva levam a volatilidade dos preços desses ativos.
Risco Operacional	Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.	Evento climático severo pode causar danos às estruturas do Banco, causando a interrupção temporária de serviços e negócios. Além disso, podem causar desvalorização dos bens não de uso, implicando em perda operacional.	Eventos climáticos cada vez mais frequentes e destrutivos em regiões de alto risco físico levam à migração de empresas e residentes para fora dessas regiões, criando desafios de contratação e retenção de funcionários para os locais.	A implementação de novos modelos de negócio, a elaboração de relatórios relativamente a metas relacionadas com o clima e o surgimento de várias expectativas regulamentares relativas à questão em nível mundial conduzem a um aumento do risco operacional, devido implementação inadequada.	Cenário regulatório e jurídico ambíguo e em rápida evolução sobre questões climáticas ocasionando mais litígios contra o setor financeiro, promovendo ao aumento dos custos jurídicos e de conformidade.
Risco de Estratégia	Possibilidade de resultados observados diferentes dos inicialmente esperados, em virtude de mudanças no ambiente de negócios ou da utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.	Manutenção de estratégia de negócios com clientes/setores cada vez mais suscetíveis a eventos climáticos severos, que reduzem a lucratividade deles.	Decisão pela manutenção de instalações de unidades do banco em localidades que tenham alta exposição ao risco climático físico.	O Banco não consegue atrair negócios "verdes" à medida que a sociedade muda para uma economia de baixo carbono, afetando o cumprimento de suas metas relacionadas ao clima e, conseqüentemente, sua reputação.	O não atingimento de metas relacionadas ao clima pelo cliente, pode causar um desalinhamento à estratégia do BB.



Processos de monitoramento, controle e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático

Monitoramos a exposição ao Risco Social e Ambiental de Terceiros, subcategoria fornecedor, por meio de indicadores e nível de exposição desejado, possibilitando adoção de ações para reenquadramento das exposições, em caso de desvios.

A fim de mitigar os riscos verificados, realizamos contatos e interações com nossos fornecedores, no sentido de conscientizar, orientar e induzir na adoção de práticas mais sustentáveis. Não obstante, todos os nossos contratos são dotados de cláusulas contratuais com responsabilidades de boas práticas sociais e ambientais, com indicação de penalidades em caso de descumprimento e até mesmo com a possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sem prejuízo das penas e multas possíveis.

O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias é dever contratual e legal. Assim, verificamos, previamente ao pagamento, o cumprimento desses dispositivos entre os fornecedores, além de analisar indícios ou denúncias de eventuais infrações e desconformidades.

Ademais, constam em todos os contratos, cláusulas e obrigações contratuais relacionadas a Direitos Humanos, em que o fornecedor declara e obriga-se a cumprir.

Em complemento, um fiscal de contrato, um fiscal de serviço e a Ouvidoria Interna são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas, para o registro de reclamações relacionadas ao seu contrato de trabalho.

Para aprimoramento do processo de *Due Diligence* de Fornecedores, no âmbito social, ambiental e climático, implantamos ações através do [Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB](#).

No que tange à nossa carteira de clientes, monitoramos nossa exposição aos Riscos Social e Ambiental por meio de indicadores e limites estabelecidos, possibilitando adoção de ações para enquadramento das exposições, em caso de desvios.

Frente a [SARB 26](#)²², instituímos ações de mitigação do RSAC que visam inibir o desmatamento ilegal e auxiliar o acultramento de boas práticas dentro da cadeia de valor, assim como realizamos adequações em nossas diretrizes e procedimentos, no que tange a realização de operações de crédito com matadouros e frigoríficos de abate bovino localizados na Amazônia Legal²³ e Maranhão.

No âmbito do Risco Climático, desenvolvemos o Painel de Monitoramento de Safra que nos auxilia no monitoramento dos impactos climáticos sobre as safras, mapeando situações de calor excessivo, doença, estiagem, excesso de chuvas, geada, granizo, incêndio, praga, ventos fortes ou múltiplas ocorrências.

Como medida de aprimoramento da gestão, revisamos a metodologia do Risco Climático, levando em conta os cenários NGFS²⁴, que dissociam o Risco Físico (mudanças climáticas) do Risco de Transição (políticas climáticas e tendências tecnológicas), e que podem evoluir em diferentes futuros, refletindo novos compromissos em nível de país²⁵ para atingir emissões líquidas nulas.

²² Normativo para a Gestão do Risco de Desmatamento Ilegal na Cadeia de Carne Bovina, instituído pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

²³ Instituída através da Lei 1.806/1953, engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

²⁴ Os cenários climáticos desenvolvidos pelo NGFS se fundamentam em avaliações científicas, como as realizadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

²⁵ De acordo com definições da COP26, que ocorreu em novembro de 2021.



Por se constituir de negócios de dimensão relevante dentro do Banco, controlamos a exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático estabelecendo limite em nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e acompanhando indicadores que nos auxiliam no controle da exposição da carteira de crédito.

Em 2023, aprimoramos a visão dos indicadores RSAC permitindo maior visibilidade para a concentração da carteira exposta ao risco, de forma a permitir o acompanhamento global da exposição. Além do acompanhamento de limites no nível da RAS, monitoramos os indicadores via Painel de Gestão, com reporte ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (CEGRC).

Quanto à gestão de Riscos Climáticos Físicos da carteira de Agronegócios, há um conjunto de ferramentas, relatórios e painéis de acompanhamento que compõem uma rede de verificação e monitoramento da carteira de crédito rural.

Essa rede de monitoramento abarca desde o cadastro do cliente até as fases de contratação e condução de operações de crédito rural com diferentes abordagens, seja pela amplitude da verificação ou direcionamentos estratégicos de gestão da carteira, conforme discorreremos a seguir.

Gestão estratégica

Monitoramentos Macrossetoriais

Compreende, entre outros, os macrossetores do agronegócio de origem vegetal e do agronegócio de origem animal, com as diversas cadeias produtivas abrangidas (milho, soja, trigo, arroz, café, laranja, cana-de-açúcar, fumo, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, aves e suínos). Esse processo contempla, além do acompanhamento do desempenho da carteira de crédito nos recortes setoriais por meio de painéis, a definição de perspectivas de mercado para os macrossetores e segmentos monitorados, bem como a publicação de um conjunto de conteúdos com ênfase em análises setoriais (Cenários Setoriais, Panorama Macrossetorial, Alerta Macrossetorial, Informe Macrossetorial, Estudos Especiais, *Briefings* etc.). Ademais, mais especificadamente em relação ao risco climático, vem sendo realizado relatório de monitoramento periódico específico para avaliação dos impactos de fenômenos como “*El Niño*” e “*La Niña*”.

Análise de Conjuntura

Realizamos reuniões de Análise de Conjuntura, trimestralmente ou emergenciais, com o objetivo de monitorar a carteira, identificando situações climáticas ou comportamentais que poderiam acarretar risco, bem como, direcionando medidas de mitigação. Exemplo de medidas são os ajustes em indicadores como o Fator de Tendência, estratégia de acionamento de mitigadores, ajustes de regras de contratação, dentre outros que abordaremos nesse documento.

Também são realizadas, semanalmente, a análise de Cenários Macro e Commodities Agro, onde são tratadas eventuais ocorrências que acarretariam necessidade de revisão da análise de conjuntura. Nessa reunião são debatidos os preços, escoamento, produtividade prevista e esperada, comportamento das commodities dentre outros temas.

Monitoramento Específico

Referencial Técnico Agropecuário (RTA)

O RTA se apresenta como a engrenagem central para integração dos mecanismos de acompanhamento de contratação e acompanhamento das operações.



O Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC) do Banco do Brasil, formado por mais de 200 profissionais, graduados em ciências agrárias e distribuídos por todo o país, conhecidos como Assessores de Agronegócios, é o principal responsável pelo conteúdo do Sistema RTA.

A partir das informações coletadas e registradas por esses profissionais, com a utilização de metodologia própria, o RTA analisa a atratividade dos empreendimentos agropecuários nas diferentes microrregiões do país, possibilitando o registro das informações sobre a produção agropecuária no cadastro e auxiliando o estabelecimento do limite de crédito do produtor rural. O sistema também fornece parâmetros para a contratação automatizada das operações de custeio agropecuário, seguro agrícola, entre outros.

O RTA estabelece diferentes níveis de atratividade para o financiamento das atividades baseado em condições climáticas e de mercado verificadas em safras anteriores. As séries históricas de preços, combinadas ao desempenho em safras passadas, definem esse nível de atratividade em um monitoramento contínuo das culturas financiadas.

Rede de Inteligência e documentos de análise setorial

A Rede de Inteligência Agro, formada por assessores de agronegócios, subsidiada pelas reuniões estratégicas de Conjuntura e Cenários Macro anteriormente mencionadas, também elabora materiais com estudos que refletem nas decisões estratégicas de aplicação de recursos, conforme público, região e culturas, segundo análise de riscos de perdas. Destacam-se a Análise de Conjuntura, o Fator de Tendência de Preços, a Análise Semanal do Campo, [BB CastAgro](#) e o Relatório Trimestral do Clima.

A Análise de Conjuntura é um periódico que traz os principais fundamentos das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, laranja, milho, pecuária de corte e de leite, soja e trigo, direcionando a tendência de preços para ajustes do Sistema RTA.

Com a Análise Semanal do Campo e [Conexão Mercado Agro](#) realizamos o acompanhamento dos mercados interno e externo, com previsão de cenários e seus impactos para o curto, médio e longo prazos e racional estratégico para posicionamento no mercado das commodities: soja, milho, café e boi.

Trimestralmente, é realizada uma análise do clima com diagnóstico climático e condição das lavouras das principais commodities agrícolas no período. Essa análise trimestral aborda eventos sazonais, tais como o *El Niño* e *La Niña* e suas influências nas lavouras e apresenta um prognóstico de clima para o próximo período, possibilitando prever áreas com maiores acionamentos de sinistros em seguros rurais no trimestre seguinte.

Acompanhamento Geo Socioambiental

Utilizando-se de tecnologias de imagens georreferenciadas disponíveis em bases públicas, o Banco do Brasil desenvolveu o Diagnóstico Geo Socioambiental e o Monitoramento Geo Socioambiental.

O Diagnóstico verifica, no acolhimento das propostas de financiamentos rurais, se há sobreposição entre bases cartográficas públicas e as áreas de imóveis e glebas a serem beneficiadas com o crédito, buscando assegurar que os imóveis financiados estejam fora de áreas com restrições legais e ambientais ou com vedações normativas internas. Todas as propostas com exigência de Cadastro Ambiental Rural (CAR) são submetidas ao Diagnóstico e sujeitas à descontinuidade da contratação em caso de ocorrências de sobreposição com bases restritivas.

Indicadores de Alertas Comportamentais



Para mitigar as ocorrências de fraudes e irregularidades no crédito rural identificadas em fiscalizações de empreendimentos financiados, o Banco do Brasil realizou estudos para mapear situações que possam servir de parâmetros indicativos de atenção.

Os Indicadores de Atenção AGROnline são resultados desses estudos. Atualmente são 27 que podem ser classificados como informativos, alertas ou impeditivos, conforme o público, a linha de crédito e a combinação de indicadores envolvidos.

As fiscalizações retroalimentam a criação de Indicadores de Atenção AGROnline na medida em que identificam um padrão de ocorrências associados a fraudes ou irregularidades no crédito.

Além disso, a partir das informações do Painel de Monitoramento de Safra, realizamos o controle de possíveis perdas, uma vez que ela possibilita adoção tempestiva de acionamento de seguros rurais e outras ações de mitigação do risco.

Para mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, instituímos e revisamos políticas, normas de gestão, procedimentos e cláusulas contratuais, além de recomendar medidas e procedimentos corretivos em caso de identificação de deficiências.

As rotinas, ferramentas e procedimentos que compõe o processo de *Due Diligence* do Risco Social, Ambiental e Climático, que reflete o atendimento da legislação aplicável, regulações, políticas, diretrizes e normas, iniciativas e compromissos assumidos pelo Banco, empregadas em todas as etapas do processo de crédito, foram organizadas e disseminadas internamente em ambiente único, por meio do novo Portal Dicre RSAC.

Implantamos, por meio de ferramenta de monitoramento, o acompanhamento diário do nível de alerta e emergência de barragens, de acordo com informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Mineração, ensejando análise personalizada em caso de agravamento.

Complementarmente, também mitigamos o Risco Climático Físico por meio de ferramentas, como o [Zoneamento Agrícola de Risco Climático \(Zarc\)](#)²⁶, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de financiamento a segmentos voltados para a economia verde, aplicação de condições específicas para financiamento a setores mais sensíveis ao Risco Climático, orientação a partes interessadas quanto à gestão de riscos climáticos e adequação das estruturas e processos do Banco.

Em adição, fornecemos aos nossos clientes um portfólio de produtos, que inclui Seguros Agrícolas²⁷, para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos.

Atentos aos impactos do risco da não transição para uma economia de baixo carbono por parte de nossos clientes e potenciais clientes no resultado dos nossos negócios, buscamos mitigá-lo por meio do desenvolvimento e oferta de soluções financeiras com aspectos sociais e ambientais alinhados às nossas [Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito](#), que estão em sinergia com compromissos internacionais assumidos pelo Governo Federal, entre eles os relacionados à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Portal dos Macrossetores

O monitoramento setorial de mercado no BB, realizado para fins de gestão do portfólio de crédito e de apoio ao processo de análise de crédito de clientes, observa os Riscos Social, Ambiental e Climático a que os setores estão

²⁶ Indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas.

²⁷ Programa de Garantia de Atividade Agropecuária.



expostos, sendo materializado através de painéis com informações de crédito em recortes setoriais, bem como por um portfólio de análises e relatórios internos com ênfase em conteúdos setoriais.

Assim, para disseminação dos conteúdos, foi desenvolvido o Portal dos Macrossetores, que hospeda em único ambiente o conjunto de relatórios correspondentes, de forma a otimizar o acesso interno pelas diferentes áreas e usuários do Banco.

Nesse mesmo sentido, a fim de contribuir para a gestão da carteira de crédito do Banco e sua adequada adimplência, o BB elabora de maneira proativa análises de eventos climáticos, que possam afetar a sustentabilidade econômico-financeira de clientes e setores de atividade, efetuando a abertura de sensoriamentos extraordinários temáticos.

Gestão de Garantias

Para o monitoramento da carteira de crédito com garantias que possam ter seus valores afetados em razão da ocorrência de eventos de Risco Social, Ambiental ou Climático, foi desenvolvido o Painel de Acompanhamento do Impacto de Eventos Sociais, Ambientais e Climáticos em Garantias.

Para o acompanhamento e avaliação de possíveis impactos decorrentes de eventos climáticos, são utilizadas as informações relativas à ocorrência de Estiagem e Chuvas Intensas obtidas semanalmente no site oficial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, que é alimentado com base nos decretos de calamidade e emergência pelos municípios atingidos por esses eventos.

As informações de ocorrências de Estiagem e Chuvas são cruzadas com as garantias registradas em sistema do Banco, para identificação dos imóveis urbanos e rurais localizados em municípios com decreto de calamidade ou emergência em decorrência de eventos climáticos.

No acompanhamento do impacto de eventos climáticos em garantias é possível identificar, nas 27 Unidades da Federação, quais municípios foram afetados por eventos climáticos dos tipos “chuvas intensas” e “estiagem”, com detalhamento do saldo devedor das operações com garantias de imóveis urbanos e rurais, valor total dos bens vinculados em garantia e quantidade de clientes e operações que possuem uma daquelas garantias.

Relativamente ao Risco Social e Ambiental são identificadas localização de garantias constituídas por imóveis urbanos e rurais, cujos proprietários apresentam restrições cadastrais relacionadas a infrações ambientais e sociais.

A incorporação desses painéis no processo de gestão de garantias constitui importante ferramenta para o acompanhamento das garantias da carteira de operações de crédito do Banco e avaliação de possíveis impactos diante da ocorrência de eventos RSAC, para a definição de ações a serem adotadas para a mitigação desses riscos.

Avaliação de Instalações Físicas

No que concerne aos processos de monitoramento, controle e mitigação decorrentes da Avaliação da sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações do BB, o objetivo principal é preservar o meio ambiente e reduzir os impactos causados por mudanças nos padrões climáticos, garantindo a sustentabilidade dos negócios do Banco. Para isso, o Banco adota medidas de mitigação de riscos climáticos, incluindo o monitoramento da probabilidade de eventos climáticos extremos e alterações de longo prazo nos padrões climáticos das regiões onde existem dependências do BB. A responsabilidade do Banco inclui a disponibilidade, funcionamento e manutenção das instalações físicas, tanto de imóveis próprios quanto de uso não próprio, bem como a infraestrutura predial. Esse monitoramento identifica eventos externos inesperados, como fenômenos climáticos, que representam riscos e que, associados às características prediais das instalações físicas do BB, bem como as estratégias para mitigação dos



riscos, elaboradas pela equipe interna de engenheiros, vem minimizando as ocorrências e possíveis perdas. Assim, o Banco demonstra capacidade adaptativa diante das mudanças climáticas no país.

Gestão de Calamidades

Sob a ótica da responsabilidade social e diante de situações de calamidades, o BB promove ações para diminuir o drama sofrido por funcionários, clientes e comunidades atingidas por catástrofes, por meio de iniciativas que envolvem toda a sua cadeia de relacionamento.

Dessa forma reforça o seu papel público e sua responsabilidade socioambiental, somado ao papel de sensibilização e promover uma onda de voluntariado para toda a sociedade civil.

Diante de uma emergência ou calamidade pública, o Banco de forma proativa estabelece diversas ações:

- Programa Ajuda Humanitária, que consiste no aporte da Fundação Banco do Brasil para compras de itens de necessidades básicas, como água, materiais de higiene, roupas etc.;
- Campanhas para arrecadação de doações, envolvendo corpo funcional, clientes e sociedade, que são ações de arrecadação de recursos financeiros doados por meio de uma conta corrente exclusiva, com ampla divulgação nos canais de comunicação do banco e redes sociais;
- Renegociação de dívidas com taxas e condições diferenciadas, ao público pessoa jurídica, pessoa física e produtor rural;
- Crédito: Prorrogação de parcelas de empréstimos (Pessoa Jurídica, Pessoa Física e Produtor Rural);
- Oferta de operações de crédito com esteira diferenciada, aos municípios impactados (se houver limite disponível);
- BB Seguros: iniciativas como, flexibilização de assistências dos seguros residencial e empresarial, monitoramento dos avisos de sinistros das áreas afetadas, esteira priorizada de atendimento aos clientes;
- Orientação aos gestores municipais de como solicitar os recursos e o cartão de Pagamento da Defesa Civil;
- Disponibilidade de agência BB Móvel, quando necessário, com o intuito de assistir os clientes localizados na área afetada.

Por meio dessas boas práticas, buscamos mitigar riscos ao meio ambiente e à sociedade, ao reduzir os impactos de nossos financiamentos e investimentos, bem como ao identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões sociais e ambientais relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos

Monitoramos, mensalmente, as concentrações das exposições de alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático em relação à carteira de crédito total. Na perspectiva dos setores econômicos, monitoramos a exposição dos setores de elevada suscetibilidade ao RSAC em relação à carteira de crédito Pessoa Jurídica.

Além disso, monitoramos o saldo de operações com clientes de sensibilidade RSAC alta, contemplando a visão global da carteira de crédito, tendo por base os limites de gestão atribuídos, de forma alinhada com nossas



diretrizes e Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos. Periodicamente reportamos a apuração das exposições em Comitês Estratégicos da Instituição.

Avaliamos a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições através da análise do saldo das operações da carteira de crédito, contemplando as regiões geográficas das operações do cliente. Também analisamos a carteira de crédito sustentável do BB, que compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e segmentos que impactam positivamente questões sociais, ambientais e climáticas.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Crédito Sustentável do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Febraban publicada no estudo "[Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde](#)", e está alinhada às principais taxonomias internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), conforme atestado pelo parecer independente emitido pela Sitawi – Finanças do Bem.

Por fim, cabe ainda salientar que o BB, visando robustecer a mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, utiliza mecanismos que se pautam na busca de diversificação de riscos, na eliminação de concentrações indesejadas, no controle das exposições e na adequação do perfil de riscos, focando sempre no equilíbrio dos negócios e na preservação de capitais da organização.



Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição dos indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Como parte do aprimoramento da gestão do Risco Social, Ambiental e Climático desenvolvemos indicadores que auxiliam na mensuração, controle e monitoramento desse risco, além de propiciarem o balizamento da estratégia corporativa, sinalizando a necessidade de canalizar, ou não, recursos para determinados negócios, ponderando o risco, o apetite do Conglomerado e a concentração atual das exposições.

Como base dos indicadores, utilizamos a Metodologia de Avaliação de Sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, onde a apuração das exposições é realizada a nível de setor, cliente e operação e o uso de algumas variáveis nos permite classificar as concentrações sob o viés de setores econômicos, regiões geográficas ou prazos médios.

Em nível setorial, mensura-se a exposição da carteira de crédito do Banco ponderada pelo Risco Social, Ambiental ou Climático do respectivo macrossetor, obtendo, assim, a concentração dessa carteira em cada uma das categorias, dados critérios internos. Nesta visão, o risco ponderado está associado ao macrossetor e sua classificação transita entre níveis Alto, Médio e Baixo.

Já na dimensão cliente, mede-se a exposição do Banco junto a clientes com níveis elevados (segundo critérios internos) de Risco Social, Ambiental e Climático, aferindo a concentração da carteira de crédito com o conjunto desses clientes.

Ainda no nível de cliente, observa-se a concentração da exposição da carteira de crédito do BB com clientes que possuem autuações (Ibama) e/ou embargos (Ibama/ICMBio), inclusive com recorte específico dessa exposição em áreas do Bioma Amazônia.

Quanto às operações, visto a relevância da carteira rural para o BB, apuramos a exposição nesta carteira, em imóveis localizados no Bioma Amazônia, e a confrontamos com nossa carteira de crédito total. Aqui também realizamos o acompanhamento da concentração de nossa carteira de crédito em operações de elevada suscetibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático (sob critérios internos).

Além das concentrações por meio do montante de exposição, entendemos ser importante analisarmos o volume de mitigadores e garantias atrelado às operações.

Nessa linha, em 2023, robustecemos o rol de indicadores de gestão do RSAC, com a aprovação de novos indicadores, alinhados à estratégia de ampliação da carteira sustentável e focados no grupo de alta sensibilidade RSAC, tanto da carteira rural quanto da carteira total de crédito do BB.



Em adição, anualmente realizamos o [inventário de GEE](#)²⁸ das nossas atividades, diretas e indiretas (Escopo 1, 2 e 3)²⁹. Neste contexto, a gestão de emissões é realizada em consonância com a nossa Política Geral e a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), pela qual reforçamos nossa atuação, que considera os interesses dos públicos de relacionamento na promoção de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às questões socioambientais, inclusive às mudanças climáticas.

O Inventário segue o princípio de melhoria contínua do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e para garantir sua confiabilidade, contratamos empresa especializada em auditorias ambientais para realizar a verificação externa do Inventário, conforme especificações da NBR ISSO 14064:3 e da metodologia *GHG Protocol*. Os dados básicos para o cálculo das emissões de GEE do BB são prioritariamente obtidos em nossos sistemas, especialmente nos aplicativos de controle de despesas administrativas e administração de recursos humanos, e solicitados diretamente às áreas responsáveis. Anualmente, desde 2008, realizamos e publicamos nosso [Inventário GEE](#) no site do Registro Público de Emissões, sob responsabilidade do Programa Brasileiro *GHG Protocol* (FGV-GVces).

Quanto a metodologia utilizada, contabilizamos e relatamos as emissões de GEE em três escopos, conforme especificações do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, em toneladas de CO₂ equivalentes (tCO₂e). O relato é feito sob a abordagem de Controle Operacional e representa as mais de 4 mil dependências em todo o País, incluindo agências de varejo, atacado e governo, unidades regionais e unidades estratégicas, por suas atividades diretas no Escopo 1 e indiretas nos Escopos 2 e 3, com suas fontes definidas conforme segue:

Escopo 1 – Emissões diretas das atividades de consumo de combustível (combustão móvel –veículos de frota, combustão estacionária – combustível de geradores de energia elétrica) e emissões fugitivas (gases refrigerantes e de extintores de incêndio);

Escopo 2 – As emissões indiretas de Escopo 2 são calculadas com base no consumo estimado de energia elétrica (MWh) do Banco e, a partir de 2021, o relato passou a ser realizado conforme as abordagens aceitas pelo Programa Brasileiro do *GHG Protocol* (PBGHGP), sendo:

- o Abordagem baseada na localização (obrigatória): considera o consumo de energia elétrica de acordo com a matriz energética brasileira onde deve ser utilizado o fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN), que fornece energia elétrica de diferentes fontes, desde hidrelétricas até termelétricas (não renovável), situação que, anualmente, interfere significativamente na conversão do consumo de energia para carbono equivalente (fator de emissão do SIN);
- o Abordagem baseada na escolha de compra (opcional): onde relatamos o consumo de energia elétrica fotovoltaica das usinas do BB, complementada pela compra de Certificados de Energia Renovável (RECs em inglês), que garantem, na mesma quantidade de eletricidade consumida, a rastreabilidade e a origem renovável da energia.

Escopo 3 – Emissões indiretas (outras) das atividades que o BB influencia³⁰:

²⁸ Consiste na mensuração e publicação das emissões de GEE do Banco do Brasil (BB) e tem como base a metodologia do Programa *GHG Protocol*, adaptada ao contexto brasileiro pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do *World Resources Institute* (WRI), do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e de 27 empresas fundadoras, entre elas, o BB.

²⁹ Conforme parâmetros do *GHG (Greenhouse Gas) Protocol*, o Escopo 1 engloba as emissões lançadas à atmosfera que vêm diretamente do processo produtivo da empresa, no Escopo 2 as emissões associadas à geração de eletricidade que a empresa consome e o Escopo 3 as emissões indiretas, que ocorrem ao longo da cadeia de produção de quem está elaborando o inventário.

³⁰ Categorias aplicáveis a atuação do Banco, com exceção da Categoria 15 – Investimentos (emissões financiadas).



- o Categoria 1 – Bens e Serviços Comprados (emissões que ocorrem no ciclo de vida – extração, produção e transporte do papel comprado pelo BB);
- o Categoria 3 – Atividades Combustível e Energia (emissões relativas à extração, produção e transporte de combustíveis comprados e consumidos pelo BB, relatados no Escopo 1);
- o Categoria 4 – Transporte e Distribuição – *Upstream* (emissões do transporte de malote compartilhado da Febraban, transporte de numerário e outros transportes contratados pelo BB);
- o Categoria 5 – Resíduos Gerados nas Operações (emissões da geração de efluentes com base no consumo de água, e do consumo de papel, realizados pelo BB);
- o Categoria 6 – Viagens a Negócios (emissões das viagens aéreas e terrestres realizadas pelos funcionários do BB);
- o Categoria 7 – Deslocamento de Funcionários (casa-trabalho).

Conforme o GHG *Protocol*, para efeito dos cálculos de emissões, consideramos os gases controlados pelo Protocolo de Quioto, de acordo com a Tabela a seguir:

Tabela 7. Potencial de aquecimento dos gases

Gases considerados nos cálculos de emissões de GEE	Potencial de Aquecimento Global (GWP) ¹
CO ₂	1
CH ₄	28
N ₂ O	265
HFCs	4 – 12.400
PFCs	6.630 – 17.400
SF ₆	23500
NF ₃	16100
composto	0 – 11.698

(1) Fonte: IPCC 2013/ASHRAE 2019

Assim, entendendo nosso papel e do mercado financeiro como protagonistas para impulsionar o crescimento econômico do país em bases sustentáveis, em 2023, atualizamos nossas metas de atuação em mudanças climáticas com a nova [Agenda 30](#) e o [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#). Com isso foram estabelecidas metas de redução de Gases de Efeito Estufa, onde o BB se comprometeu a reduzir suas emissões em 42% para o Escopos 1 até 2030. O estabelecimento das metas tomou como base as diretrizes e critérios divulgados pela *Science-Based Targets initiative* (SBTi), através da métrica para o cenário de avanço da temperatura média global abaixo de 2°C (*well-below 2 degrees temperature scenario* – WB2C).

Além disso, vamos manter a compensação de 100% das emissões do Escopo 1, por meio da compra de créditos de carbono, e neutralização de 100% das emissões do Escopos 2, via Certificados de Energia Renovável (REC, na sigla em inglês) e consumo de energia renovável de nossas 13 usinas fotovoltaica.

Nossa matriz energética ainda conta com a aquisição de energia elétrica do Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde buscamos energia de fontes renováveis com um custo mais sustentável.

Cabe salientar, que os valores do nosso inventário referente ao ano de 2023, ainda não estavam consolidados na data de publicação deste documento, mas poderão ser consultados futuramente através do link [Inventário GEE](#).



Ademais, cabe ressaltar que todas essas iniciativas vêm para reforçar o compromisso referente às Mudanças Climáticas, assinado via Carta de Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*, onde nos comprometemos a empenhar esforços para desenvolver metas de redução de GEE de acordo com o nível de descarbonização necessário para atingir emissões zeradas na cadeia de valor até 2050, seguindo as orientações do SBTi.

Em alinhamento à nossa adesão ao *Business Ambition for 1.5°C* e amparado nas orientações setoriais do SBTi, o BB se compromete com a neutralidade de emissões até 2050 e com o objetivo de reduzir a intensidade das emissões³¹ decorrentes da carteira de empréstimos corporativos³² em 25% em 10 anos, considerando o ano base de 2021.

A apuração das emissões financiadas segue a metodologia PCAF (*Partnership of Carbon Accounting Financials*). Em 2021, as emissões financiadas alcançaram 11.190.000 tCO₂e em uma carteira de empréstimos corporativos de R\$ 108,32 bilhões, o que equivale a uma intensidade de emissão de 0,1033 milhão de tCO₂e para cada R\$ 1 bilhão de empréstimos concedidos.

Em 2022, nossas emissões financiadas alcançaram 13.410.000 tCO₂e em uma carteira de empréstimos corporativos de R\$ 133,41 bilhões, o que equivale a uma intensidade de emissão de 0,1005 milhão de tCO₂e por R\$ 1 bilhão de empréstimos concedidos. Isso representou uma redução de 2,7% na intensidade de emissões em 2022, superando a meta estabelecida de 2,5% de redução para o ano.

Por fim, destacamos nossa busca constante pelo aprimoramento das ferramentas e instrumentos relacionados à Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, sendo um processo contínuo de avaliação e desenvolvimento. Neste contexto, almejando a melhoria dos indicadores, estamos construindo bases históricas e avaliando a necessidade e a utilidade de cada indicador.

³¹ As emissões da Categoria 15 são apuradas por meio da metodologia PCAF.

³² Empréstimos direcionados a empresas com faturamento igual ou superior a R\$ 200 milhões.



Tabela OPO: Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático

Descrição das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.

Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis

Diante das demandas atuais, as instituições financeiras passaram a figurar entre os principais agentes fomentadores da transição para uma economia de baixo carbono.

Mesmo diante de um cenário de incertezas, podemos vislumbrar uma extensa lista de oportunidades atreladas a questões sociais, ambientais e climáticas. E, para mapear e aproveitar tais oportunidades, montamos uma estrutura organizacional voltada ao fomento da sustentabilidade.

Nesse contexto, somos norteados pela sustentabilidade, que está expressa em nossa estratégia, políticas e nos diversos acordos e compromissos voluntários assumidos.

O principal objetivo da governança em sustentabilidade é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

Buscando aprimorar os níveis de governança, foi criado, no início de 2021, o Comitê Executivo de Sustentabilidade do BB (Cesus), subordinado ao Conselho Diretor, que conta com a participação de Vice-Presidentes e Diretores e possui, dentre outros objetivos, decidir sobre o [Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB](#), orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definir diretrizes de atuação para o tema.

Ainda em 2021, foi criado também o Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem), com o objetivo de fortalecer a governança corporativa de sustentabilidade do BB. Sua atuação visa avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do BB e a efetividade das ações previstas no nosso Plano de Sustentabilidade, além de acompanhar a evolução do tema, buscando identificar oportunidades e riscos, de forma a gerar valor para o Banco do Brasil e seus públicos de interesse.

Seus membros também devem propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho social, ambiental e climático do Banco e assessorar o Conselho de Administração na incorporação e monitoramento da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa.

Em 2023, tivemos a criação do Comitê Executivo de Pessoas, Equidade e Diversidade (Ceped), responsável e pelo Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão e pelos objetivos e diretrizes relativos a modelos e processos de gestão de pessoas no BB.

Estrategicamente, o tema sustentabilidade é conduzido pela Unidade ASG, vinculada à Vice-Presidência Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov), e os assuntos relacionados ao tema são discutidos no Fórum de



Sustentabilidade BB, que reúne alguns executivos do BB e da Fundação Banco do Brasil, para apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB e acompanhar as iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à implementação das ações previstas na [Agenda 30 BB](#). O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e está subordinado ao Cesus.

Ademais, semestralmente, é realizado reporte ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração, que apresenta os avanços do BB no âmbito social, ambiental e climático.

Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo

Comprometido em “Ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e práticas ASG³³”, o BB incorpora aos negócios, estratégia e gerenciamento de capital aspectos relacionados ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No processo de formulação da [Estratégia Corporativa do BB \(ECBB\)](#) e do Plano Diretor (PD), que possui periodicidade anual e horizonte de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT e cenários, direcionamentos da alta administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, dentre outros, possíveis eventos sociais, ambientais ou climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisar as estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, os riscos e oportunidades de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, dentre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Sob a ótica de oportunidades de negócios ASG, como instrumentos norteadores desenvolvemos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#) e os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

Para ambos, adotamos os seguintes pilares de sustentação:

- **Crédito Sustentável**, visa ajudar os clientes do BB na transição para uma carteira mais sustentável;
- **Investimento Responsável**, com o intuito de contribuir para que os investidores do BB direcionem recursos para empresas que entregam externalidades sociais e ambientais positivas;
- **Gestão ASG e Climática**, cujo objetivo é aumentar as práticas ASG dentro das atividades internas do banco e públicos de relacionamento, incluindo questões de diversidade e maturidade digital;
- **Impactos Positivos na Cadeia de Valor**, tem como objetivo disseminar a inclusão financeira, estimular o investimento social privado e proporcionar o reflorestamento e conservação florestal.

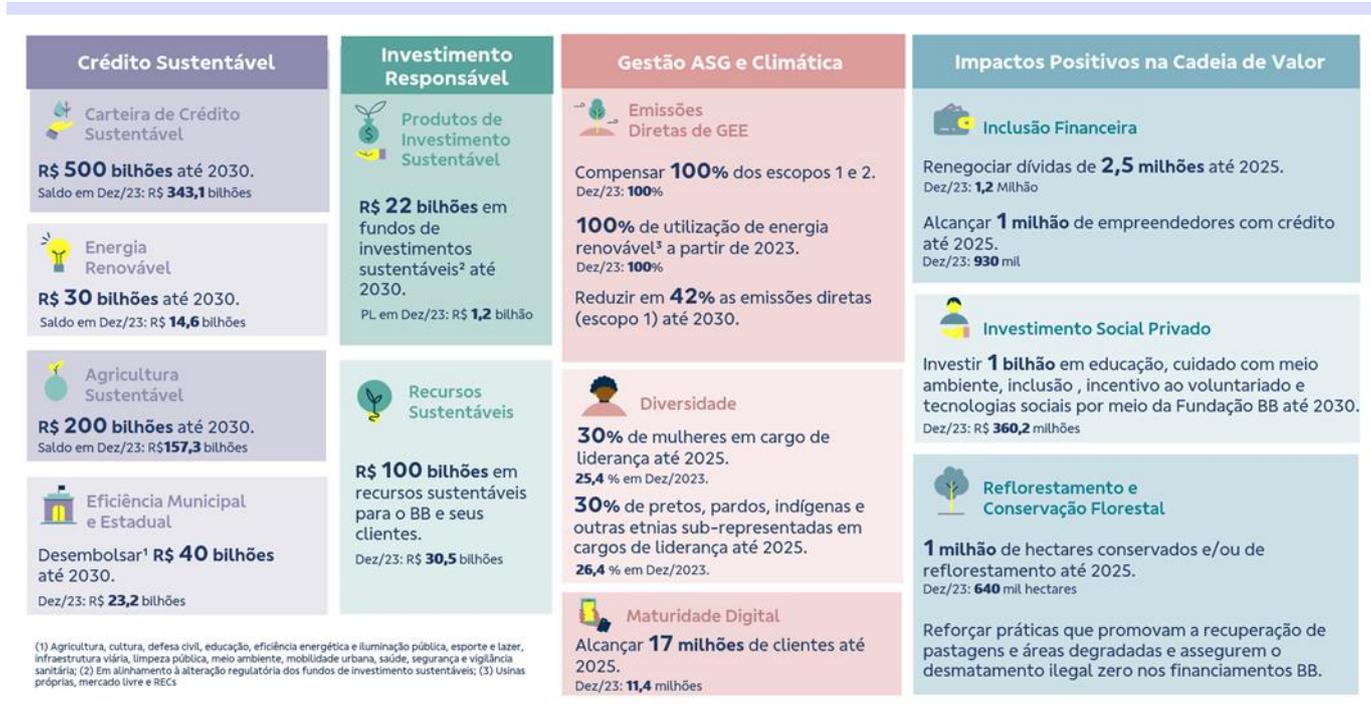
³³ Compromisso declarado pelo BB no seu Mapa Estratégico 2024 – 2028.



Por meio da [Agenda 30 BB](#), objetivamos aprimorar negócios e processos, consolidando ações com viés social, ambiental ou climático. Sua revisão é realizada a cada dois anos, a fim de elencar os desafios em sustentabilidade priorizados pela Alta Administração, por meio de ações a serem executadas num período de até três anos.

Apresentamos a seguir os nossos [Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável](#):

Figura 8. Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável



Em específico, no que tange às mudanças climáticas, o Banco do Brasil está ciente não só da relevância e urgência desse tema, mas também do papel fundamental que desempenha no engajamento junto à governos, setor privado e sociedade. E, por meio do [Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas](#), buscamos fortalecer nosso empenho e o fomento à agricultura de baixo carbono, à promoção de energias renováveis no país e a projetos sociais, com foco no desenvolvimento produtivo, no empreendedorismo e na inclusão social e financeira.

Nesse sentido, o Banco do Brasil vem empenhando esforços e desenvolvendo produtos e serviços relacionados as seguintes oportunidades:

Mercado de Carbono (Aspecto Climático)

Através de uma estratégia de atuação robusta e completa, o BB se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, oferecendo a seus clientes alternativas para fomentar práticas para mitigação das mudanças climáticas e incentivo à transição para uma economia de baixo carbono, mostrando que investir em projetos sustentáveis no Mercado de Carbono é uma excelente opção para quem deseja estimular um ambiente de negócios que considera resultados financeiros e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Para apoiar as empresas que vêm assumindo voluntariamente o compromisso de mensurar e neutralizar suas emissões em sua jornada de descarbonização, identificamos oportunidades de atuação para o BB considerando três pilares:

- **Estratégia Climática:** financiar a adoção de práticas de mitigação e adaptação climática;



- **Redução de Emissões:** assessorar a elaboração de inventários de emissões, financiar práticas para a transição para uma economia de baixo carbono, intermediar a aquisição de créditos de carbono de projetos íntegros e elaborar planos para descarbonização do seu processo produtivo, clientes e fornecedores a partir de metas baseadas no SBTI – *Science Based Targets*;
- **Originação de projetos de Carbono:** apoiar clientes na identificação e elaboração de projetos geradores de créditos de carbono, a partir de padrões e metodologias reconhecidas no mercado, estimulando práticas de conservação e restauração florestal, agricultura de baixo carbono, eficiência energética e energia renovável.

Tudo isso acontece por meio de parcerias estabelecidas pelo Banco com empresas especializadas em projetos de geração de créditos de carbono.

Até o momento, o Banco possui mais de 640 mil hectares em áreas de floresta nativa preservada a partir de projetos de carbono de clientes. Temos o compromisso público de atingir, até 2025, 1 milhão de hectares preservados e/ou reflorestados.

Finanças Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Em outubro de 2020, o BB aprovou seu modelo de Finanças Sustentáveis, que estabelece parâmetros e gestão para a captação de recursos para projetos classificados como sustentáveis no mercado global. Os recursos de captações deste tipo, podem ser usados para financiar projetos capazes de oferecer retornos financeiros e atrelados a benefícios sociais, ambientais, climáticos e de governança.

O processo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem, resultando na elaboração do [Framework de Finanças Sustentáveis](#), cujas categorias Verde e Social são contempladas. A possibilidade de alavancar projetos relacionados à agricultura de baixo carbono o diferencia dentre aqueles disponíveis no mercado.

Em fevereiro de 2024, o modelo foi atualizado. O novo [Framework](#) define critérios de elegibilidade para as seguintes categorias verdes:

- Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso do Solo;
- Energia renovável;
- Eficiência Energética;
- Edifícios Verdes;
- Transporte Limpo;
- Gestão Sustentável de Água e Águas Residuais.

Também define os critérios de elegibilidade para as seguintes categorias sociais:

- Habitação a Preços Acessíveis;
- Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças;
- Avanço e Empoderamento Socioeconômico;
- Acesso a Serviços Essenciais.



Nesta atualização, os questionamentos suscitaram discussões e negociações sobre temas materiais, como por exemplo, limites para padrões socioambientais de emissões de poluentes e resíduos, influenciando a elegibilidade dos ativos passíveis de compor carteira financiada, além de ajustes não materiais relacionados a performance e evolução das práticas e governança ASG do BB.

Captações Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Como resultado das novas versões do [Framework de Finanças Sustentáveis](#), o BB concluiu, em janeiro de 2022, a emissão do seu primeiro *Social Bond* no mercado internacional de dívida. Com valor de US\$ 500 milhões, a captação visa o fomento de projetos com impacto social positivo e, principalmente, o apoio às micro e pequenas empresas para superar os desafios impostos pela pandemia.

Em abril de 2023, foi lançado o primeiro Relatório de Alocação de Recursos e Impactos Socioambientais do *Social Bond*³⁴. O documento atende as premissas do [Framework de Finanças Sustentáveis](#) do BB e recebeu o parecer da asseguração limitada do auditor independente.

Ainda em abril, o BB emitiu o segundo *bond* internacional no escopo do [Framework de Finanças Sustentáveis](#). A captação internacional de dívida sênior, do tipo *sustainability bond*, no montante de US\$ 750 milhões, tem vencimento em 18 de abril de 2030 e cupom de 6,250% a.a. Os recursos captados serão alocados em projetos de energias renováveis e no financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Em agosto de 2023, o BB aderiu à Coalização Verde – aliança de Bancos de Desenvolvimento (BD) da Região Amazônica – e assinou a “Declaração da Coalizão Verde de Bancos de Desenvolvimento”. Os bancos brasileiros signatários são BB, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

A carta de intenções da Coalizão Verde abrange esforços pela concretização dos propósitos da Cúpula da Amazônia, realizada em Belém. Nela, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), BM (Banco Mundial) e outras 19 instituições financeiras dos países amazônicos articularam a iniciativa para a criação de linhas de financiamento destinadas ao desenvolvimento sustentável da região. Até agora, foi anunciado o valor de R\$ 4,5 bilhões para operações de crédito com microempreendedores individuais e micros, pequenas e médias empresas da região.

No mês seguinte, em setembro de 2023 o Banco do Brasil e o BID assinaram uma carta de intenções para viabilizar uma parceria para financiamento que faz parte de uma linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP). A operação deve promover iniciativas de bioeconomia e infraestrutura sustentável, com ênfase em conectividade e fontes de energia renováveis para a Amazônia Legal.

Além disso, o BB avança em cooperação com o Banco Mundial voltada à transição para uma economia de baixo carbono e fomento a projetos de recuperação de áreas degradadas na região da Amazônia Legal.

Esta frente de atuação busca a identificação de soluções sustentáveis para a restauração florestal e promoção da agricultura sustentável de baixo carbono, com foco geográfico especial na região da Amazônia Legal em apoio ao Plano Nacional de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

Buscando ampliar as fontes de captação de recursos, foi ofertada, durante o ano de 2022, a BB LCA Verde, pela qual os recursos captados são direcionados exclusivamente para linhas de crédito que atendam a critérios ambientais,

³⁴ [BB LCA Verde – Relatório de Impacto](#) traz dados e indicadores de operações que lastreiam a captação, com base no [Framework de Finanças Sustentáveis](#).



sociais, climáticos e de governança, com foco na redução do efeito estufa, recuperação de pastagens, energia renovável e operações voltadas à agricultura familiar. Em dezembro/23, o saldo captado com o instrumento alcançou R\$ 7,75 bilhões. Seu relatório de impacto foi publicado em agosto de 2023³⁵.

Negócios Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Durante o ano de 2021, o Banco efetuou a análise das linhas de crédito que possuíam algum tipo de adicionalidade social e ambiental e propôs a criação da Carteira de Negócios Sustentáveis.

O resultado do trabalho foi submetido à avaliação independente da Sitawi Finanças do Bem, que classificou as operações de acordo com a sua contribuição para a sustentabilidade e reafirmou em seu parecer a contribuição majoritariamente transformacional da carteira.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e publicada no estudo [“Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde”](#), e também no [Framework de Finanças Sustentáveis](#) do Banco do Brasil, elaborado conforme os principais padrões internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), dentre outros.

Para garantir ainda mais confiabilidade e robustez à carteira, revisamos, no mínimo anualmente, as linhas de crédito e operações que a compõem, incluindo novas linhas, e tendo como base metodologias nacionais e internacionais.

A revisão de 2023, realizada no último trimestre do ano, abarcou mudanças como alterações normativas, inclusões ou exclusões de produtos com características ASG, inclusão de novas linhas de crédito, como por exemplo os empréstimos com recursos do NDB (*New Development Bank*) que são destinados a sistemas de irrigação sustentáveis, armazenagens verdes e energia renovável, BB Crédito Mobilidade, incluindo veículos elétricos e híbridos, BB Crédito Tecnologia, com investimentos em inovação e melhorias de sistemas de tecnologia e Financiamentos Imobiliários destinados ao público de baixa renda. Desta forma, a carteira passa a contar com análise de até 38 linhas de crédito com adicionalidade ASG, contra 31 da versão anterior. Nesta nova versão, também está prevista a inclusão de mecanismos e aplicação de critérios de monitoramento e exclusão de operações que apresentem indícios de não conformidade social ou ambiental.

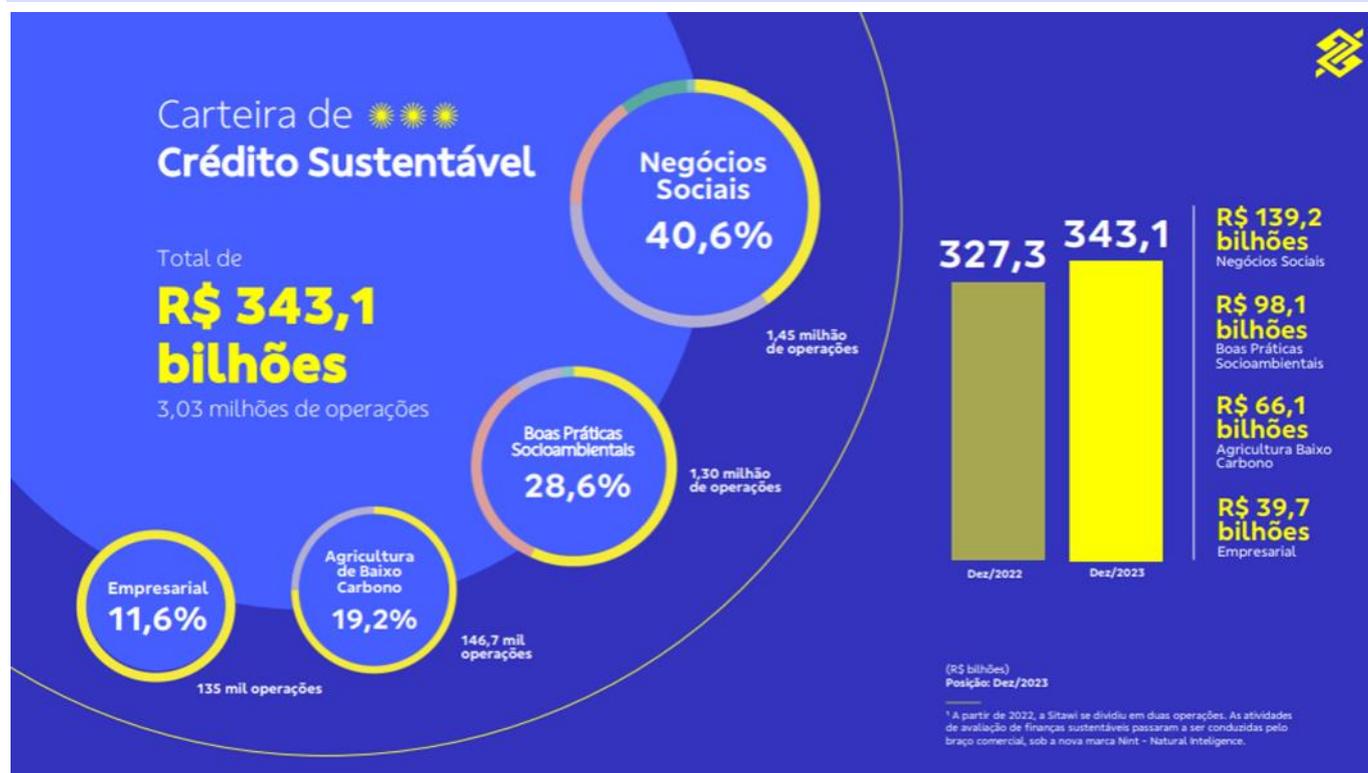
Em dezembro de 2023, a Carteira de Crédito Sustentável do BB apresentou um saldo de R\$ 343,1 bilhões. Ela é constituída por operações de crédito relacionadas a investimentos e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Também são consideradas as empresas receptoras dos créditos que estejam inseridas em segmentos cuja atuação gera impactos sociais e ambientais transformacionais efetivos.

A seguir, temos o detalhamento das modalidades de financiamentos considerados na carteira:

³⁵ [BB LCA Verde – Relatório de Impacto](#) com indicadores da carteira de contratos de operações no âmbito do RenovAgro (ex-Plano ABC).



Figura 9. Carteira de Crédito Sustentável



Agricultura de Baixo Carbono (Aspectos Ambiental e Climático)

O Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o [Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis](#) (RenovAgro – Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis, antigo Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O RenovAgro possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Em dezembro de 2023, a carteira do RenovAgro do Banco do Brasil atingiu R\$ 8,76 bilhões, consolidando o seu crescimento ao longo dos anos.

Cabe destacar que na Tabela a seguir foram mantidas as denominações de modalidades do antigo Programa ABC para efeito de comparação. A partir do Plano Safra 2023/2024, as modalidades do RenovAgro foram reduzidas para três: RenovAgro Ambiental; RenovAgro Recuperação de Pastagens; e RenovAgro – Demais.



Tabela 8. Evolução da carteira do RenovAgro – R\$ bilhões

Linhas de Financiamento	dez/21	mar/22	jun/22	set/22	dez/22	mar/23	jun/23	set/23	dez/23
ABC Recuperação	3,58	3,5	3,35	3,85	3,87	3,82	3,76	3,91	3,94
ABC Orgânico	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
ABC Plantio Direto	2,52	2,5	2,44	3,17	3,36	3,37	3,32	3,72	3,77
ABC Integração	0,3	0,29	0,28	0,32	0,36	0,35	0,35	0,4	0,4
ABC Florestas	0,78	0,74	0,7	0,73	0,7	0,68	0,64	0,68	0,65
ABC Ambiental	0,18	0,19	0,19	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
ABC Tratamento de Dejetos	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06
ABC Dendê	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ABC Fixação	0,02	0,02	0,02	0,09	0,13	0,13	0,13	0,28	0,32
ABC Cultivos Permanentes	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Subtotal	7,43	7,3	7,03	8,42	8,69	8,39	8,21	8,67	8,76

Programa de Bioeconomia (Atuação em Bioeconomia)

No decorrer do ano de 2023, diversas ações foram realizadas no contexto do programa de Bioeconomia BB para a Amazônia.

Em agosto de 2023, o BB aderiu à Coalizão Verde com o intuito de promover soluções financeiras e fomentar atividades produtivas inclusivas e viabilizadoras de empreendimentos sustentáveis, sem onerar as características regionais.

Em setembro de 2023, representantes do Conselho Diretor do Banco do Brasil estiveram em Nova Iorque (EUA), onde o BB assinou carta de intenções com o Banco Mundial de US\$ 400 milhões, para auxiliar os clientes na recuperação de áreas degradadas na Amazônia e Cerrado, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento de US\$ 250 milhões, para promover iniciativas de bioeconomia e infraestrutura sustentável, e com o BMO *Financial Group* de US\$ 200 milhões, para apoiar exportação de produtos agrícolas sustentáveis. Somadas, as captações resultam em mais de US\$ 1 bilhão.

Na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – COP 28, que ocorreu em dezembro de 2023, em Dubai, o Banco do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) assinaram um protocolo de intenções, no qual se comprometem a investir em soluções de financiamento e apoio financeiro para as cadeias produtivas, a bioeconomia e a resiliência climática, incluindo captações e parcerias nacionais e internacionais.

Ainda durante a conferência, BB e Natura assinaram um protocolo de intenções, com objetivo de promover desenvolvimento, fomento e apoio à cadeia produtiva de produtos amazônicos na cadeia de valor da Natura. Ainda durante o evento, foi celebrado também um protocolo de intenções entre o BB e o Estado do Pará, com o objetivo de estruturar um empréstimo ASG com a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do estado do Pará. O Estado do Pará, abriu edital de chamamento público para que instituições financeiras façam propostas de financiamento de recursos a serem empregados na preservação dos rios do Estado.